



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
CAMPUS II – ALAGOINHAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC
COLEGIADO DE HISTÓRIA

VIVIANE SENA DE JESUS

NAS PÁGINAS DO JORNAL NÊGO:
O MNU e a luta contra o racismo e por direitos sociais no Brasil da redemocratização
(Década de 1980)

Alagoinhas/BA

2025

VIVIANE SENA DE JESUS

NAS PÁGINAS DO JORNAL NÊGO:

O MNU e a luta contra o racismo e por direitos sociais no Brasil da redemocratização
(Década de 1980)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do curso de Licenciatura em História do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia/Campus II, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Machado de Lima


Alagoinhas/BA

2025


VIVIANE SENA DE JESUS

NAS PÁGINAS DO JORNAL NÊGO:
O MNU e a luta contra o racismo e por direitos sociais no Brasil da redemocratização
(Década de 1980)


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO MACHADO DE LIMA**
Data: 26/08/2025 11:02:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Machado de Lima- Orientador
Universidade do Estado da Bahia 3UNEB/DEDCII

Documento assinado digitalmente
 **ARIVALDO DE LIMA ALVES**
Data: 30/08/2025 00:18:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves Universidade do
Estado da Bahia 3UNEB/DEDCII

Documento assinado digitalmente
 **RAIMUNDO NONATO PEREIRA MOREIRA**
Data: 26/08/2025 13:57:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira
Universidade do Estado da Bahia 3UNEB/DEDCII

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, pelo dom da vida, e por ser meu sustento em meio as incertezas transformando minhas dúvidas em fé, e ser meu amparo nos momentos difíceis. À minha família, por ser minha base e amparo nos momentos difíceis. Agradeço, especialmente aos meus pais, minha mãe Doralice Bispo, pelo apoio e amor incondicional, por sempre acreditar em mim e me incentivar ir além, sendo meu sustento nos momentos de crises. Ao meu pai Antonio Xavier, por seu amor e incentivo, pela oportunidade de estudar, por nunca ter soltado minha mão nessa jornada tão desafiadora.

À minha irmã Taiane Sena, pelos momentos de descontração e apoio. À minha tia Adriana pelo incentivo e por sempre acreditar em mim. À minha vó Francisca Maria, por seu amparo e carinho.

Agradeço às minhas amigas, Girlene, Janaína, Jaciara, Jucilene e Francislene pela amizade e carinho durante todo esse tempo.

Ao meu amor, Valmir pelos momentos de leveza, apoio e incentivo.

Agradeço ao Prof. Dr Thiago Machado de Lima, pelas orientações, apoio e paciência no decorrer dessa jornada, que possibilitaram a elaboração desse trabalho. Obrigado pela confiança.

Quero agradecer aos professores Arivaldo de Lima Alves e Raimundo Nonato Pereira Moreira pela atenção e pelo tempo dedicado na avaliação do meu trabalho de conclusão de curso.

Aos docentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que com dedicação, guiaram-me na jornada do conhecimento, mostrando que cada desafio é uma oportunidade de evolução. Em especial a Dra. Marilécia Oliveira Santos, por se fazer presente em meu processo formativo e por acreditar e me incentivar sempre. A Dra. Celia Santana, pelo seu apoio e incentivo na minha formação durante a graduação.

A alguém que muito amei, minha avó Crispina Bispo, você vive em mim. Saudades!

“A ideia de liberdade é inspiradora. Mas o que significa? Se você é livre em um sentido político, mas não tem comida, que liberdade é essa? A liberdade de morrer de fome?”

Angela Davis

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar como eram feitas as denúncias de racismo, violência policial e lutas por direitos sociais nas publicações do jornal *Nêgo* do Movimento Negro Unificado (MNU), especificamente no ano de 1988. A pesquisa buscou compreender como o jornal se posicionava diante das experiências de discriminação, racismo e opressão enfrentadas pelos negros, convertendo-as em questões políticas e sociais urgentes no cenário da redemocratização do Brasil. Ao investigar as edições de abril e novembro de 1988, buscamos compreender as táticas e narrativas empregadas pelo jornal no combate às injustiças sociais sofridas pela população negra em face do racismo estrutural. Além disso, a pesquisa se debruça acerca das reivindicações por políticas públicas apresentadas pelo movimento para a superação das desigualdades históricas e pela justiça social. O trabalho destaca a relevância do jornal *Nêgo* como um instrumento de conscientização, mobilização e resistência na luta contra o racismo e os direitos dos negros.

Palavras-chave: Jornal *Nêgo*, MNU, racismo, direitos sociais.

ABSTRACT

The present work aims to analyze how reports of racism, police violence, and struggles for social rights were made in the publications of the newspaper *Nêgo* from the Unified Black Movement (MNU), specifically in the year 1988. The research sought to understand how the newspaper positioned itself in relation to the experiences of discrimination, racism, and oppression faced by black individuals, transforming them into urgent political and social issues in the context of Brazil's redemocratization. By investigating the editions from April and November of 1988, we aimed to understand the tactics and narratives employed by the newspaper in combating the social injustices suffered by the black population in the face of structural racism. Additionally, the research focuses on the claims for public policies presented by the movement to overcome historical inequalities and to achieve social justice. The work highlights the relevance of the *Nêgo* newspaper as an instrument of awareness, mobilization, and resistance in the fight Against racism and the rights of black people.

Keywords: *Nêgo* Newspaper, MNU, racism, social rights.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01. <i>Capa</i> . Jornal <i>Nêgo</i> , MNU, 14 abr. 1988.p.1.	35
Imagem 02. <i>Basta</i> . Jornal <i>Nêgo</i> , MNU, 14 abr. 1988.p.2.	37
Imagem 03. <i>Basta de Racismo</i> . Jornal <i>Nêgo</i> . 14 abr. 1988. p.11.	48
Imagem 04. <i>Capa</i> . Jornal <i>Nêgo</i> . 15 nov. 1988. p.1.	50
Imagem 05. <i>Reforma Agrária</i> . Jornal <i>Nêgo</i> , 15 nov. 1988.p.2.	52
Imagem 06. <i>Aconteceu especial</i> . Jornal <i>Nêgo</i> , 15 nov. 1988.p.6,7	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - LUTAS RACIAIS E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL	13
1.1 - A ditadura civil-militar e as lutas raciais.....	13
1.2 3 Redemocratização e a Participação do MNU	19
CAPÍTULO II - O JORNAL NÊGO COMO MEIO DE SOCIALIZAÇÃO DAS IDEIAS DO MNU	24
2.1 - Os jornais como fonte histórica.....	24
2.2 3 Os jornais no contexto de ditaduras.....	26
2.3 - O jornal Nêgo e sua estrutura.....	30
CAPÍTULO III – JORNAL NÊGO:UM CANAL DE DENÚNCIAS DO RACISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS	33
3.1- <i>Nêgo</i> em abril de 1988	33
3.2- <i>Nêgo</i> em novembro de 1988	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

A formação do Estado republicano no Brasil aconteceu após aproximadamente quatro séculos de um sistema escravista, o que deixou várias marcas na nossa sociedade. É importante lembrar que o Brasil foi o último país das Américas a acabar com a escravidão da população negra. Como discute o autor Petrônio Rodrigues (2007), o pós-abolição para os recém-libertos foi de marginalização e tentativas de apagar as lembranças da escravidão. Ao invés de serem integrados na sociedade, houve uma exclusão e os afrodescendentes não foram beneficiados com políticas públicas que lhes garantissem uma cidadania plena, encontrando uma realidade sem direito a terras, sem acesso à educação e sem trabalho digno.

Nos anos 1980, contexto do Centenário da Abolição da escravidão, o Brasil vivia um momento de grande efervescência social, lutando pelo fim da ditadura civil-militar e visando a construção de um regime democrático validado a partir da realização de uma Assembleia Nacional Constituinte que possibilitasse a promulgação de uma Constituição soberana e fruto da vontade popular.

Nesse contexto, o Movimento Negro Unificado (MNU) se tornou cada vez mais ativo na defesa dos direitos civis da população negra, buscando reparação pelos danos causados durante a escravidão. Nesse sentido, o movimento negro participou de diversas manifestações e protestos públicos, com o objetivo de chamar a atenção para a situação marginalizada que muitos enfrentavam na sociedade brasileira.

As autoras Gomes e Rodrigues (2018), salientam que graças à militância e a participação da comunidade negra na Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na Constituição de 1988, o racismo foi declarado um crime inafiançável e imprescritível, substituindo a antiga lei Afonso Arinos de 1951. Essa conquista foi um grande avanço para uma sociedade que até então negava a existência da discriminação racial e promovia a ideia de harmonia entre as raças. Além disso, os direitos territoriais e culturais dos quilombolas também passaram a ser reconhecidos.

Nesse cenário, a imprensa alternativa negra desempenhou um papel fundamental na divulgação das demandas do movimento negro na busca por políticas públicas voltadas à integração dos negros na sociedade. Um canal de denúncia das desigualdades sociais vividas pelos ex-escravizados e seus descendentes, a imprensa foi um instrumento fundamental para a articulação política do movimento negro. Durante o processo de redemocratização do país, a imprensa negra desempenhou um papel fundamental na desmistificação do "mito da democracia racial", que era amplamente divulgado durante a ditadura civil-militar, além de

contribuir para a construção de uma identidade negra. Os militantes transformaram a imprensa em um instrumento de luta político-cultural.

O objetivo desse trabalho de conclusão de curso é analisar o jornal *Nêgo* editado pelo MNU, compreendendo sua atuação como um canal de luta contra o racismo e a violência policial no contexto de redemocratização do Brasil na década de 1980. Examinamos a contribuição do jornal e seus autores ao destacar o racismo como uma questão política, com o intuito de desmistificar o mito da <democracia racial> promovido durante a ditadura civil-militar. Nesse sentido, esse estudo visa contribuir para uma análise de como se encontrava a população negra na sociedade brasileira cem anos após a abolição da escravidão.

De acordo com Leite (2015), os jornais não são apenas registros de acontecimentos, mas também têm um papel importante na formação da sociedade. Não são apenas observadores que relatam fatos, mas atuam ativamente na construção de ideias e na influência de decisões políticas. Por isso, devem ser encarados como uma fonte de pesquisa que exige uma análise cuidadosa e o uso de metodologias rigorosas. O jornal *Nêgo* do MNU foi um importante canal de denúncia da condição sub-humana e marginalizada do negro na sociedade. Os militantes do MNU usaram o jornal como meio de reivindicação de políticas reparatórias que tivessem como objetivo a inclusão político-social e econômica do negro. Além das reivindicações, o jornal foi um meio importante na contestação do 13 de maio, considerado uma data de reflexão e denúncia, visto que a liberdade não veio acompanhada pela justiça social e econômica. Sendo a principal fonte deste trabalho, utilizamos uma metodologia qualitativa, elaborando uma análise densa de duas edições do jornal *Nêgo* publicadas no ano de 1988, especificamente no mês de abril e no mês de novembro.

É possível encontrar no jornal *Nêgo* denúncias referentes a discriminação racial e ao que hoje nos referimos como racismo estrutural. De acordo com o autor Silvio Almeida (2019, p.25-26), o racismo estrutural não se limita apenas a comportamentos racistas individuais, mas também à forma como as instituições sociais operam. Essa estrutura, que já é racialmente desigual, contribui para a perpetuação de padrões que afetam grupos minoritários.

Falar de racismo é pensar sobre a racialização das relações sociais. Sobre a questão do conceito de raça, Antônio Sergio Alfredo Guimarães (2019) afirma que a raça não tem base biológica, ou seja, não há fundamentos científicos que expliquem as diferenças raciais entre os seres humanos. O conceito de raça emerge de uma construção social fundamentada no racismo e na discriminação racial, visando à subjugação dos indivíduos considerados inferiores. A "raça" foi concebida a partir de uma visão distorcida da natureza humana, visando justificar a desigualdade social e a perpetuação dos privilégios. Guimarães (2019, p.11), destaca que o

racismo é, portanto, uma forma bastante específica de <naturalizar= a vida social, isto é, de explicar diferenças tomadas como naturais=. A luta contra o racismo já acontece há muito tempo, mas é claro que ele ainda está presente em nossa sociedade, muitas vezes mascarado pelo discurso da meritocracia.

Em torno dessa discussão, este Trabalho de Conclusão de Curso é importante por dar visibilidade às lutas negras pós-emancipação, evidenciando como a mentalidade escravocrata ainda persistia na sociedade cem anos depois da abolição. Desta forma, ajuda na ampliação do debate sobre como a discriminação racial impacta diretamente na inserção do negro na sociedade brasileira e como as ações do MNU foram fundamentais para a conquista de direitos sociais e a crítica ao mito da <democracia racial=. Em suma, o trabalho, também possibilita o fortalecimento da pesquisa histórica no âmbito da graduação em História do Campus II da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), assim como contribui para a luta antirracista.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos: No primeiro, discute-se sobre o processo de crise da ditadura civil-militar e propagação do ideal do mito da <democracia racial=. Destacando a reorganização do movimento negro da década de 1970 com ênfase para a criação do Movimento Negro Unificado e sua luta pela inclusão sociopolítica e econômica do negro na sociedade. No segundo capítulo, é apresentado uma discussão acerca do jornal como fonte histórica, o papel da imprensa em meio a ditaduras, além da análise sobre a história e estrutura do jornal *Nêgo*. No último capítulo serão analisadas duas edições do jornal *Nêgo* do ano de 1988, levando em consideração o contexto social e político da época, e seus debates acerca do racismo e das condições sociais da população negra brasileira no momento do Centenário da Abolição da escravidão.

CAPÍTULO I - LUTAS RACIAIS E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

1.1- A ditadura civil-militar e as lutas raciais

O golpe civil-militar de 1964, que destituiu o governo do presidente João Goulart, foi justificado com a intenção de eliminar a corrupção, além de combater a <ameaça= comunista. Com essa justificativa, diversas medidas foram implementadas, como a cassação de mandatos de políticos opositores, a repressão aos movimentos sociais e, posteriormente, a extinção dos partidos políticos e a adoção de um sistema bipartidário. Tudo isso sob a alegação de promover a paz nacional. Além disso, ao longo da ditadura, ocorreu um reforço a uma cultura tradicional que, dentre outras coisas, potencializou a ideia do Brasil ser uma <democracia racial=. (Guimarães, 2001, p. 154) Tal ideia, foi derivada principalmente das análises encontradas na obra de Gilberto Freyre sobre o processo de construção da sociedade brasileira e do sistema de escravidão no Brasil.

No fim dos anos 1960, a ditadura em vigor ganhou destaque com o chamado <milagre econômico=, que significou uma grande entrada de investimentos estrangeiros no país, e o crescimento da economia com elevadas taxas de desenvolvimento. No entanto, cabe destacar que o <avanço= não alcançou todas as camadas da sociedade brasileira. O <milagre= também trouxe consequências para as camadas populares, como o arrocho salarial, o êxodo rural e o desemprego no campo. Nesse cenário, a população negra foi duramente afetada. Em sua posição marginalizada no sistema, esbarrava na falta de oportunidades, tornam-se a mão de obra barata no mercado de trabalho e ocupando vagas que exigiam esforço braçal, a exemplo a limpeza urbana, trabalho doméstico e segurança. Leila Gonzalez e Carlos Alfredo Hasenbalg (1982, p.15) afirmam que:

Isto porque a comunidade negra nada mais é do que mão-de-obra de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema. Ou seja, além dos aspectos, acima assinalado, a estratégia também se exerce de maneira a favorecer os patrões, mediante a repressão policial (que exige dos negros, como documento, a apresentação da carteira profissional). Pressionado pela polícia, de um lado, e pelas péssimas condições de vida, do outro, o negro oferece a sua força de trabalho por qualquer preço no mercado de trabalho.

Durante a ditadura civil-militar os movimentos sociais foram considerados subversivos e colocados na clandestinidade. O movimento negro passou a sofrer ainda

mais com a vigilância dos aparelhos de espionagem e repressão do sistema, por denunciar o racismo em um período em que era difundido o mito da <democracia racial=. Ser contrário à isso era atentar contra a ordem vigente. No entanto, como destacou Karin Sant' Anna Kössling (2008, p.29), é importante salientar que não foi somente durante a ditadura civil-militar que o movimento negro ficou sob constante vigilância, pois na ditadura do Estado Novo, sob o domínio de Getúlio Vargas, a <associações de afrodescendentes= também eram consideradas uma ameaça à paz social, <geradoras de conflitos que poderiam desestabilizar a <democracia racial brasileira=.

A constante vigilância e repressão do Estado durante a ditadura pós-64 não intimidou os militantes afrodescendentes, que mesmo postos na clandestinidade continuaram a se reunir e reivindicar seus direitos. No geral, o movimento negro, conforme Petrônio Domingues, (2007, p.101), significa:

a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural [...].

Na mesma linha de reflexão, Andersen Kubnhavn Figueiredo (2016, p.19) entende que o movimento negro:

como todos os movimentos sociais, a exemplo do movimento feminista, do movimento LGBT, representa o momento de mobilização e de luta para as vítimas oprimidas pela sociedade. Os afrodescendentes se organizaram enquanto movimento negro, porque se deram conta, que não eram integrados na sociedade brasileira desde o fim da <abolição da escravatura=.

A concepção de uma <democracia racial=, disseminada durante a ditadura no pós-1964, tinha como objetivo moldar a percepção popular de que o Brasil era uma nação onde diferentes raças coexistiam em harmonia, sem discriminação. Essa narrativa vinha acompanhada de uma noção de meritocracia, na qual o sucesso ou o insucesso de uma pessoa recaía unicamente sobre suas próprias ações. De acordo com Petrônio Domingues, (2005, p. 117), o discurso oficial apontava que <o fracasso na vida do negro devia ser interpretado como consequência das suas próprias deficiências, pois o sistema oferecia igualdade de oportunidades a todos, negros e brancos, indistintamente (...)=. Assim, o indivíduo negro era visto como responsável por sua dificuldade em alcançar uma posição social elevada.

A ditadura promoveu a ideia de que o Brasil era um <paraíso racial= e discordar desse

discurso era considerado uma forma de subversão. Por conta disso, a luta do movimento negro se tornou mais complexa. No que diz respeito à suposta ausência de preconceito na sociedade brasileira, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2001, p. 148) ressalta que:

A ideia de que o Brasil seria uma sociedade sem "linha de cor" 4 uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais e a posições de riqueza ou prestígio 4 estava já bastante difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, bem antes do nascimento da sociologia. No Brasil moderno, tal ideia deu lugar à construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais=.

Com isso, constatamos que historicamente, o Brasil é visto como um país sem conflitos raciais, mas essa percepção oculta desigualdades profundas e formas sutis de discriminação que ainda estão presentes na sociedade. Essa visão tem contribuído para a negação do racismo estrutural e dificultado o desenvolvimento de uma consciência racial entre as pessoas. A ideia de uma sociedade sem barreiras raciais ajudou a formar um imaginário coletivo que minimiza os efeitos do racismo estrutural, tornando mais difícil a mobilização social contra a discriminação.

Dando continuidade, Guimarães ressalta que a ideia de raça deve ser analisada pelas Ciências Sociais, afastando-se de argumentos que a ligam a aspectos biológicos e fenotípicos. O autor discute como a percepção de raça varia em diferentes partes do mundo. <Nos Estados Unidos, por exemplo, as categorias raciais são tão claras que, geralmente, os sociólogos não sentem a necessidade de explicá-las. Por outro lado, biólogos e antropólogos físicos têm evitado usar esse conceito, considerando-o irrelevante para suas áreas de estudo. No contexto global e especialmente no Brasil, o termo "raça" não faz parte do vocabulário acadêmico. <Apenas entre pessoas <não refinadas=, e nos movimentos sociais, onde militam pessoas que se sentem discriminadas por sua cor e compilação física, utiliza-se regularmente o conceito.= Guimarães, (2005, p.21).

Há um temor entre alguns intelectuais que são contrários ao emprego do termo "raça" nas Ciências Sociais, visto que a biologia nega a existência de raças entre os seres humanos. Este receio está ligado à possibilidade de que o uso desse conceito perpetue justificativas naturalísticas para a desigualdade entre diferentes grupos humanos. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a UNESCO 3 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizou várias reuniões com biólogos, geneticistas e cientistas sociais para discutir o estado das pesquisas sobre "raça" e as relações raciais. Guimarães (2005, p.21) defende que o termo deve ser adotado nas Ciências Sociais, destacando, primeiro, a importância de mostrar as práticas e crenças discriminatórias que existem. Em segundo lugar,

ele aponta que, para aqueles que enfrentaram ou ainda enfrentam os efeitos do racismo, a única alternativa é reavaliar, de forma crítica, as próprias ideias relacionadas a essa ideologia.

Após golpe de 1964 e durante a ditadura, os movimentos sociais e negro sofreram um impacto significativo, no qual suas organizações foram desarticuladas pelo regime e os militantes que atuavam nas entidades passaram a ser constantemente vigiados pelos aparelhos de repressão, e a discussão pública sobre a discriminação racial fora praticamente banida. Essa conjuntura dificultou a articulação e mobilização do movimento. Nos anos 1970, impulsionados por diversos movimentos sociais, como os de trabalhadores, estudantes e mulheres, o movimento negro começou a se revitalizar. Um momento importante desse período foi a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em São Paulo, em 1978. A partir desse ponto, diversas ações significativas foram tomadas para reforçar a luta contra o racismo e garantir direitos para a população negra.

A ascensão do MNU aconteceu no final da década de 1970 no período conhecido por <abertura política=>, no qual a ditadura civil-militar estava em crise. No entanto, vale destacar que foi nesse mesmo período que houve uma intensificação na vigilância desses movimentos por parte do governo. A autora Kössling, (2008, p.30) ressalta que é possível notar isso ao analisar a documentação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), na qual a preocupação da comunidade de informação e segurança não se limitava aos conceitos marxistas que circulavam nos movimentos negros, mas também se fundamentava na perspectiva de preservação da <democracia racial=> brasileira a fim de evitar o que chamavam de <antagonismo negro=>.

É importante salientar que a performance política do MNU no âmbito da política tinha como objetivo não somente questionar o governo, mas buscar participar de processos que influenciavam diretamente na mudança social do negro perante a sociedade civil. O MNU não seguia uma única linha ideológica, havia aqueles que seguiam a corrente marxista, contudo essa não era uma postura unânime, o que causou divergências político-partidárias no movimento. No entanto, vale enfatizar que para a ditadura civil-militar todos eram taxados como subversivos e comunistas, mesmo com percepções e métodos diferentes.

O Estado buscou, através da propagação da ideia do mito da <'democracia racial=>, promover uma idealização de harmonia entre negros e brancos e a garantia de um tratamento igualitário para ambos na sociedade. Essa estratégia visava neutralizar os conflitos raciais existentes e deslegitimar a crueldade do período escravista e suas consequências inegáveis para a população negra no período seguinte. Kössling, (2008, p. 31), acentua que:

Os governos militares, na sua busca por homogeneidade social visando a uma população coesa, sem conflitos e sem contestações ao poder vigente e ao seu projeto social, desconsideravam a possibilidade da afirmação de uma identidade afro-brasileira. Ao contrário, o <protesto negro= nesse contexto político-social trazia à tona a desigualdade racial, pondo em xeque a massificação presente nos projetos políticos dos órgãos governamentais. Assim, a denúncia do racismo, a articulação de gestos, músicas, visuais, comportamentos, religiosidades, enfim, o cultivo de formas de representações próprias ligadas à ascendência africana, levou à formulação de uma cultura de resistência fundada em signos e símbolos identitários afro-brasileiros que ganhou ares subversivos para as autoridades policiais e militares.

A compreensão de que a <democracia racial= é, na verdade, um mito se fortaleceu na década de 1970, quando os afrodescendentes começaram a ingressar nas universidades e assumir melhores postos mercado de trabalho, como no serviço público. De acordo com Denise Maria de Souza Bispo (2014, p.4), tal momento foi importante se questionar a suposta igualdade de tratamento entre brancos e negros. <Influenciados em especial pelos movimentos políticos ideológicos africanos e afro-americanos=, os intelectuais negros recém-formados passaram a perceber que não importava o seu *status quo*, pois a cor seria o impedimento da sua ascensão social.

No dia 7 de julho de 1978 foi fundado o MUCDR (Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial). Esse movimento surgiu a partir de um protesto que aconteceu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em reação ao preconceito enfrentado por atletas negros do Clube das Regatas do Tietê, que foram impedidos de treinar no clube. Além disso, a manifestação também pedia justiça pela morte do operário Robson Silveira da Luz, que faleceu após ser torturado na delegacia de polícia de Guaianazes. Com o tempo, o nome do grupo foi simplificado para MNU (Movimento Negro Unificado). O MNU estabeleceu um Estatuto, uma Carta de Princípios e um Programa de Ação. Figueirêdo, (2016, p. 49 a 50), evidencia o protesto contra a discriminação racial como estopim do surgimento da organização:

O ato ocorrido nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo unificou todas as correntes culturais, políticas, contra a discriminação racial. Porém, o sentido de unificar não correspondia ao caráter de unificação das entidades em questão organizativa e política, mas uma necessidade de unir forças na comunidade para combater o racismo e construir uma sociedade mais justa e igualitária para o negro.

O Movimento Negro Unificado era formado por vertentes políticas diferentes durante

a década de 1970. Existiam membros de movimentos sindicais, estudantis, partidários, no entanto, sua atuação está voltada para as diretrizes de atuação da esquerda. Embora o mesmo não se vinculasse a nenhum partido político, aconselhava aos seus integrantes que se alinhassem a aqueles que melhor representassem sua causa. Sua militância e manifestações, apesar disso, eram concebidas com o objetivo de combater o racismo que era visto como a raiz de todos os males. (Kössling, 2008, p. 41).

As manifestações do MNU no ano de 1978, buscou o fim das desigualdades raciais, o que significou um momento decisivo na relação entre os movimentos negros e os partidos políticos no país. As demandas apresentadas pelo movimento levaram alguns partidos políticos a incorporar a temática do racismo em seus programas de governo, reforçando a relevância da luta contra o preconceito racial. Sendo assim, os partidos visavam o relacionamento com a organização negra como uma forma de fortalecer e estreitar laços. Segundo Kössling, (2008, p.37):

É importante ressaltar também a atuação dos políticos afrodescendentes que realizavam uma ligação entre os movimentos negros e os partidos, como Benedito Cintra, que se fazia presente nos atos públicos e debates promovidos pelos movimentos negros, ao mesmo tempo que atuava como vereador do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Representantes dos movimentos negros, como Lélia Gonzalez, participaram da Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1981, o que certamente propiciou a constituição da Comissão de Negros nesse partido.

Durante a transição rumo à redemocratização, o (Deops/SP) frequentemente se infiltrava nas manifestações públicas para monitorar e reunir informações sobre os militantes negros. No entanto, os ativistas negros perceberam a presença desses agentes, o que evidenciava que a estratégia de disfarce usada pela comunidade de informações nem sempre era eficaz.

Essa constante vigilância era parte da tentativa do regime em controlar e desmobilizar os movimentos que denunciavam o racismo e lutavam por seus direitos civis. Diante desse contexto, os movimentos passaram a desenvolver estratégias para lidar com a repressão.

Eles aprenderam a identificar infiltrados, a adaptar suas formas de organização e comunicação, e a criar redes de apoio para reduzir os impactos da vigilância do Estado. Essa experiência fortaleceu a resistência contra o autoritarismo e ajudou a consolidar a luta antirracista no Brasil. O MNU era aberto à participação de outros segmentos da sociedade, incluindo pessoas brancas, mas elas não tinham poder de decisão dentro da entidade.

1.2 – Redemocratização e a participação do MNU

O general João Batista Figueiredo foi o último militar a ocupar a presidência durante a ditadura. Tomou posse com a tarefa de dar continuidade ao processo de abertura política preconizado por Geisel-Golbery, assegurar a Lei da Anistia e organizar as eleições legislativas e executivas de 1982. Tanto ele quanto os militares desejavam uma transição <lenta, gradual e segura=, promovendo uma Anistia <ampla, geral e irrestrita= que evitasse represálias contra os militares. No entanto, ao assumir o cargo em 1979, o general Figueiredo se deparou com um cenário complexo. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p.1976):

João Figueiredo herdou um quadro desafiador ao assumir a presidência em março de 1979, quando as oposições estavam mais fortes e agressivas e a grande imprensa atuava livremente. Ele era um ditador, pois havia chegado ao governo graças à decisão do ditador anterior e dependia das forças repressivas para se manter no poder. Com o fim do AI-5, porém, o Executivo não tinha mais poder ilimitado. Ademais, Figueiredo enfrentava uma crise econômica cada vez mais grave, o que tornava desafiante conservar a situação política sob controle, pois as greves se intensificaram, assim como as críticas à ditadura. Nesse contexto, foi mantida a estratégia de recuo organizado, ou seja, cedia-se espaço para os adversários, mas tentava-se preservar as próprias forças unidas para entregar o mínimo de terreno possível.

Os movimentos sociais foram fundamentais para o processo de retomada da democracia, e, em meio a esse processo, a atuação do MNU foi fundamental denunciando as desigualdades raciais e promovendo a valorização da identidade afro-brasileira. Diante desse fato, entendemos que a população negra compreendeu que o enfrentamento por seus direitos não poderia ser separado da luta pela democracia. Todavia, esse novo período trouxe uma diversificação das iniciativas de centenas de articulações de associações afro-brasileiras espalhadas pelo país. Segundo as autoras Nilma Lino Gomes e Tatiane Cosentino Rodrigues, (2018, p. 929), <O processo de democratização da sociedade brasileira é composto de uma série de coletivos, movimentos, sujeitos sociais e grupos culturais com atuação importante na garantia de direitos=. Essa diversidade significou um fortalecimento na luta antirracista, onde novas entidades passaram a focar em questões específicas voltadas para a população negra, como educação, saúde, direitos das mulheres negras e a luta contra a violência policial.

Na virada para os anos 1980, o movimento operário estava em ascensão e com grande influência no âmbito parlamentar, sendo assim, o MNU buscou alinhar seus interesses de classe. A organização entendeu a importância de apoiar parlamentares empenhados com a causa da população negra e trabalhadora. Entretanto, os políticos apoiados pelo movimento não corresponderam às expectativas. Durante o processo eleitoral de 1982, ficaram visíveis as

tensões existentes entre o MNU e os partidos. Aumentando a desconfiança e insatisfação com relação a parlamentares:

O MNU considerava a utilização dos afrodescendentes como massa de manobra ou mesmo como cabos eleitorais de partidos políticos. Aliás, o MNU tinha uma relação tensa em relação aos candidatos de 1982, principalmente porque na eleição anterior, de 1978, não obteve retorno dos políticos que apoiou. (BISPO, 2014, p. 41).

Notamos que essa postura crítica do MNU reflete sua busca por autonomia e por uma representação verdadeira, que não fosse atrelada aos interesses de partidos políticos, mas que realmente visasse atender às necessidades da população negra contemplando suas pautas em pleno processo de redemocratização. No cenário da década de 1980, a crise social era profunda, com a desigualdade e a pobreza batendo níveis alarmantes. O Brasil passava por uma crise econômica decorrente, dentre tantos fatores, do crescimento do endividamento externo e da diminuição do PIB industrial. A ditadura já não tinha projetos econômicos capazes de superar a crise. O aumento da inflação e a estagnação dos salários favorecia o aumento das manifestações de protesto em vários segmentos da sociedade, insuflando ainda mais as lutas pela queda do regime ditatorial. Com o fortalecimento da oposição e um ambiente político propício, a população começou a reivindicar eleições diretas para o cargo de presidente da República:

[...] a década de 80, foi um divisor de águas no que se refere a construção de uma democracia brasileira, com pautas próprias e seu jeito próprio de se constituir, logo as <Diretas Já= foram preponderantes para esse processo, sendo o primeiro momento em que o povo retoma as ruas e um sentimento nacional de participação popular, volta a vigorar e fazer parte da pauta nacional de discussões[...]. (BAZAGA, p. 7)

A campanha das <Diretas Já!= foi um marco na política brasileira na retomada pela democracia, reunindo vários segmentos da sociedade civil que desejavam eleições diretas para presidente. Os primeiros comícios aconteceram em 1983, inicialmente pequenos, mas que foram ganhando força e expandindo-se com o passar do tempo. O evento que se sobressaiu mais foi o realizado na Praça Sé, em São Paulo, que reuniu

1.500.000 pessoas. Artistas e políticos se uniram ao movimento, reforçando o desejo de mudança em um período de intensa mobilização social e resistência à ditadura militar. A autora Lucília de Almeida Neves Delgado (2007, p. 2), afirma que a luta pelas diretas se tornou <o maior movimento cívico/popular da história brasileira. O fervilhar das ruas traduziu

uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva por liberdade=.

O deputado do PMDB, Dante Oliveira, apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Nº 5 de 1983, com o objetivo de restaurar as eleições diretas para presidentes após duas décadas de ditadura e modificar a constituição de 1969. A votação da Emenda Dante de Oliveira, representou um dos principais momentos dessa mobilização. Apesar da ampla pressão popular, a proposta não foi aprovada no Congresso devido à falta de votos suficientes. Embora a Ementa tenha sido derrotada, o movimento das <Diretas Já!= deixou uma marca significativa na política do país. O movimento ajudou a pavimentar o caminho para o fim da ditadura civil-militar e impulsionou a transição democrática. Após o movimento, seus participantes centraram forças na campanha pela eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e, posteriormente, na elaboração da nova Constituição em 1988, que assegurou os direitos básicos da população.

Em meio a esse contexto, segundo Denise Bispo (2014), várias ações foram tomadas em relação às questões referentes as pautas do Movimento Negro. Alguns decretos foram assinados, como o reconhecimento da Serra da Barriga em 1984, local do antigo quilombo dos Palmares, como Patrimônio Histórico do país, além da realização das comemorações do Centenário da Abolição em 1988, que motivou a criação da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura e que teve o objetivo de apoiar as questões ligadas às populações negras. A autora afirma que de acordo com a cronologia presente no livro História do Movimento Negro no Brasil, o ano de 1988 foi marcante, pois contou com a criação de várias instituições importantes para lidar com as questões da população afrodescendente, dentre elas o Instituto da Mulher Negra Gêledes, em São Paulo; o Projeto de Vida de Negro, no Maranhão; a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), em Salvador. Nesse contexto, foram realizados vários eventos como a <Marcha contra a farsa da Abolição=, o <I Encontro Estadual da Mulher Negra= no Rio de Janeiro e o <Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão=.

Vale salientar ainda, que em 1988, a promulgação da Constituição Federal incorporou pautas históricas do Movimento Negro, como a questão do racismo. Militantes negros foram fundamentais na luta pelo reconhecimento dos direitos dos negros e o racismo foi considerado um crime inafiançável, assim como abriu o caminho para o direito ao reconhecimento das terras quilombolas. No tange a participação do MNU no processo constitucional, as autoras Nilma Lino Gomes e Tatiane Consentino Rodrigues assinalam que:

No que concerne ao movimento negro, a CF/88 refletiria a densidade de sua atuação política. Conquistas como a possibilidade de reconhecimento de terras quilombolas e a posterior criminalização do racismo são indicadores importantes da atuação desse movimento. (GOMES E RODRIGUES, 2008, p. 930).

Com o objetivo de pautar a questão racial militantes do movimento promoveram encontros municipais e estaduais, a fim de discutir estratégias sobre sua participação na construção da Constituinte. O primeiro encontro nacional foi <O negro e a constituinte=, realizado em julho de 1985 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no qual, foi elaborado um documento que seria entregue ao então presidente José Sarney e o deputado Ulisses Guimarães. Em 1986 foi realizado em Brasília a Convenção Nacional <O Negro e Constituinte=.

A criminalização do racismo e a demarcação de terras quilombolas foi um marco para a luta do movimento negro, no entanto, não obtiveram o mesmo êxito no quesito educação. Os militantes apontavam a necessidade de uma educação antirracista voltada para a valorização da cultura e história afro-brasileira, que reconhecesse e abordasse de forma mais incisiva as consequências do racismo. Apesar da participação ativa dos militantes do MNU no processo constituinte, ocorreram limitações e restrições impostas a organização. A Assembleia Nacional Constituinte delimitou o espaço para a discussão da temática racial a <Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias=, que integrava a Comissão Temática <Da Ordem Social=. As diversas pautas dos diferentes grupos ficaram, assim, reduzidas a um único espaço de debate, dificultando que cada uma delas fossem refletidas de maneira aprofundada.

A estrutura confinada recebida pela discussão racial restringia, o debate a um espaço específico, sem conceber uma abordagem mais ampla e incorporada ao restante da Constituinte. A abrangência da subcomissão, que reunia inúmeras pautas distintas (indígenas, pessoas com deficiência e minorias), findou por reduzir o tempo e a profundidade da questão racial, como consequência ela foi debatida somente em dois encontros, o que limitou a influência do movimento negro na formulação da Constituinte.

É fundamental enfatizar que a luta do MNU não se limitou somente a participação em decisões governamentais, mais também manifestações em prol de transformações coletivas reais no cotidiano dentro e fora das comunidades. O movimento desenvolveu um papel relevante ao desafiar as estruturas de poder ao buscar promover mudanças sociais concretas, em um cenário de repressão. Com o objetivo de denunciar as condições do tratamento que os negros enfrentavam, além da violência policial a qual eram submetidos, o MNU criou o jornal

Negó. Esse periódico integrava uma imprensa alternativa, voltada para a promoção e valorização da cultura negra e para o fomento de táticas antirracistas.

O jornal *Negó* foi um canal de resistência e conscientização na luta contra o racismo, em um país que mascarava as desigualdades e injustiças sofridas pela população negra. Suas edições apresentavam denúncias sobre a desigualdade no mercado de trabalho, a marginalização da população, o tratamento violento recebido por parte de policiais e a denúncia de casos de racismo, a exemplo do caso de Apelonice Lima, exposto da 14ª edição de 1988. Ela foi eleita Miss Passo Fundo, cidade do Rio Grande do Sul, em 1977, mas foi impedida de receber o título por ser negra. Depois, atuando como professora de Educação Física no Centro Social Urbano, foi demitida pelo então diretor da instituição sem motivo aparente. Diante disso, o Movimento Negro Unificado usou da imprensa para denunciar o ocorrido e fez um abaixo assinado pedindo o afastamento do diretor do cargo.

O jornal *Négo*, editado em pleno contexto de luta pela redemocratização, reforçava a necessidade de um engajamento coletivo no combate contra o racismo, incentivando na luta contra qualquer discriminação e exploração. Sua atenção também estava voltada para a necessidade de uma educação que valorasse a cultura afro-brasileira, reconhecendo a contribuição dos negros na construção do Brasil. Ponderando a necessidade de uma formação que fomente uma educação voltada para igualdade social e que expusesse as consequências do racismo, ajudando a combater o problema.

CAPÍTULO II - O JORNAL NÊGO COMO MEIO DE SOCIALIZAÇÃO DAS IDEIAS DO MNU

2.1 - Os jornais como fonte histórica

Durante a década de 1970, o emprego dos jornais como fonte de pesquisa ainda era pouco frequente, embora houvesse uma considerável bibliografia sobre o avanço da imprensa. Havia uma hesitação entre alguns historiadores em relação ao uso do jornal como objeto de estudo, isso reflete a posição de pesquisadores tradicionais que priorizavam documentos oficiais e materiais de pesquisa considerados convencionais. A hierarquia qualitativa dos documentos assegurava que os registros escritos por instituições oficiais eram mais confiáveis. A autora Tania Regina de Luca assinala:

Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil. A introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contava com bibliografia significativa, além de amudarem-se as edições fac-símiles e os catálogos dando conta de diários e revistas que haviam circulado em diferentes partes do território nacional. Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa. (LUCA, 2008, p. 111).

Todavia, cabe salientar que a historiografia contemporânea expandiu esse olhar, ao valorizar diferentes tipos de fontes, a exemplo de jornais, referências orais e iconografias que contribuem no fornecimento de perspectivas complementares sobre os acontecimentos históricos. Os periódicos passaram a ser vistos como recursos importantes para compreender aspectos culturais, políticos e sociais de várias épocas. <Dentre outras características, os jornais não apenas podem fornecer dados sobre as sociedades do passado, mas também comentam e participam da História, dos processos e conjunturas ao qual estão inseridos.= (Leite, 2015, p. 10). Desta forma, entende-se que hoje as fontes possuem suas subjetividades e que cabe ao historiador investigá-las.

A visão mais cética dos historiadores em relação ao uso do jornal como documento histórico vem do fato de muitos ainda negarem a pluralidade e a diversidade que esse material pode oferecer. No entanto, essa concepção começou a mudar à medida que surgiu a necessidade de repensar a própria História, suas metodologias e os objetos de estudo. Com o avanço da História Cultural, ampliou-se o uso de diferentes fontes para compreender o passado. Além disso, o fortalecimento da História Política ajudou a valorizar os jornais como

ferramentas importantes para entender as disputas políticas e ideológicas de uma época.

O autor Carlos Henrique Ferreira Leite (2015, p.9), assinala que é possível entender os processos sociais por meio dos jornais. Ele aponta que esses veículos oferecem elementos que, com frequência, não aparecem em outras fontes, como as posições ideológicas e os conflitos sociais. Sendo assim, o uso do jornal enquanto fonte de pesquisa tem proporcionado resultados significativos, levando em conta os textos verbais e as imagens. Eles, enquanto espaço político, refletem os interesses de determinados grupos e minorias. Dado a esse avanço, passaram a servir como meios de investigação para além do campo da política, alcançando novas áreas como cultural, literária e de gênero.

Ao fazer uso do jornal como fonte, é necessário compreender que esses veículos não são imparciais ou neutros. São formadores de opinião e mediadores sociais, se tornando um espaço de ideologias onde disputas de interesse se manifestam, constituindo assim, em uma relevante força política. Cabe ao historiador, diante das crescentes disputas de narrativas na sociedade, investigar e analisar não somente os textos e imagens apresentados no jornal, mas também o contexto histórico no qual está inserido e a intenção dos seus produtores, estabelecendo, assim, um diálogo crítico com os agentes que aturam nesses veículos de informação. Possibilitando, dessa forma, uma análise contextualizada e profunda dos eventos.

A pesquisa que tem como base a investigação de jornais, demanda cautela na análise de uma realidade histórica. Torna-se necessário um rigor metodológico a luz de uma fundamentação teórica que auxilie no processo. É imprescindível que o historiador adote uma postura crítica, respaldada no conhecimento prévio sobre o período em questão, a fim de evitar interpretações simplistas e rasas, reconhecendo sua pluralidade e posicionamentos. De acordo com Leite:

Ao elaborar um trabalho utilizando a imprensa como fonte e objeto de pesquisa, assim como qualquer outra fonte, o historiador deve em um primeiro momento, estabelecer uma postura crítica frente ao documento jornalístico. Reconhecer seus limites, problemas e historicidade, é pensar o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época, separados ou conectados ao movimento geral, o que o faz de cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias. (LEITE, 2015, p. 13).

Á vista disso, o estudo de um jornal não deve ser realizado de forma isolada; é necessário abordá-lo em duas dimensões: objetiva e literal focando no texto propriamente dito, e outra mais subjetiva e analítica, buscando compreender o que não está explícito, mas

que lido à luz do contexto histórico da sua produção e circulação pode relevar outros sentidos. É importante lembrar que há um processo de seleção e interpretação dos fatos antes de serem noticiado. Capelato (1998, p.21) assinala que:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, a historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.

Desse modo, é preciso levar em conta que os jornais não refletem todo o contexto em que estão envolvidos, onde eventos podem ser omitidos ou destacados conforme o interesse do veículo de informação. Essa dinâmica pode influenciar a opinião pública sobre determinado fato e direcionar debates conforme a preferência editorial. No entanto, é importante ressaltar que esses fatores não diminuem a relevância do jornal como fonte de pesquisa histórica, e sim exige do historiador procedimentos teóricos e metodológicos voltados para uma análise qualitativa e quantitativa.

2.2 Os jornais no contexto de ditaduras

É importante destacar que a imprensa pode ser influenciada por fatores externos, o que pode afetar diretamente a maneira como as notícias são produzidas e divulgadas. Por exemplo, a censura política pode levar à omissão de informações importantes ou à distorção de fatos para atender e favorecer os interesses do governo. Em regimes autoritários, é comum que os jornais sejam pressionados a não criticar o governo ou a divulgar apenas as versões oficiais dos acontecimentos, muitas vezes promovendo propaganda sobre as ações dos políticos no poder para aumentar sua popularidade

No Brasil, podemos perceber claramente isso durante o período da ditadura do Estado Novo, liderada por Getúlio Vargas. Nesse período, a imprensa foi controlada e utilizada como uma ferramenta de propaganda para divulgar as iniciativas do governo. Foi instituído o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um órgão de repressão social, responsável por regular as informações e manter o controle sobre as quais informações eram divulgadas, fomentando propagandas ideológicas e instigando uma imagem específica do governo. Promovendo, assim, a censura à imprensa delimitando sua liberdade de expressão. O DIP atuava intensamente no setor cultural, usando as produções artísticas a exemplo da música, cinema e arte plásticas, objetivando moldar a à opinião e consolidar determinados

ideias. Posteriormente, no contexto da ditadura civil-militar instaurada após o golpe de 1964, a imprensa também sofreu com perseguições e censura.

De acordo Rodrigo Patto Sá Motta (2013, p.63), a maioria dos jornais apoiou o golpe de 1964, o que ajudou a legitimar a ditadura. No entanto, ele destaca que essa relação entre a imprensa e o regime autoritário não era totalmente clara ou uniforme. Havia uma certa ambiguidade, com momentos de apoio e outros de crítica às medidas autoritárias. A exemplo, jornais como *O Estado de S. Paulo* apoiaram abertamente os aparelhos de repressão, enquanto o *Correio da Manhã*, que inicialmente tinha dado apoio ao golpe, posteriormente adotou uma postura mais crítica e se afastou do regime, entrando nos quadros da oposição.

Os jornais estavam divididos entre apoiar a liberdade de expressão e manter a ordem. Mesmo valorizando a liberdade de imprensa, alguns deles dependiam de favores do governo e, por isso, às vezes aceitavam restrições para garantir a estabilidade econômica, afinal, os jornais são também empresas. Segundo Motta, <naturalmente, trata-se de empresas inseridas no sistema capitalista, portanto, contrárias a mudanças sociais radicais. Além disso, os jornais sofrem influência do Estado, seja de ordem financeira, na forma de vantagens ou publicidade oficial, seja pela ameaça de ações coercitivas.= (Motta, 2013, p. 65). No entanto, com o início da censura aos periódicos por parte da ditadura pós-1964 e os ataques aos valores liberais, uma parte da imprensa começou a mostrar seu descontentamento. Ainda assim, essa resistência não levou à uma ruptura definitiva com o regime.

Em 1967, foi promulgada a Lei nº 5.250, conhecida como Lei de Imprensa, assinada pelo presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco. A lei tinha como objetivo suprimir a liberdade de expressão, controlando as notícias veiculadas no país, evitando críticas ao governo. A justificativa era que a lei regulava as manifestações do pensamento e a circulação de informações, mas, na prática, ela criou mecanismos de censura que impediam a divulgação de conteúdos considerados subversivos ou que ameaçassem a ordem política e social instaurada após o golpe. Segundo Carlos Fico (2019, p.184):

A Lei anunciava regular a <liberdade de manifestação do pensamento e de informação=, mas permitia a censura quando se tratasse de propaganda de <processos de subversão da ordem política e social=. [...] televisão, música, cinema e teatro estavam sujeitos à censura <na forma da lei=. Livros e periódicos não poderiam ser <clandestinos= ou atentar contra a <moral e os bons costumes=.

Essas limitações não se restringiam apenas aos jornais, mais também às produções culturais que precisavam ter suas produções previamente aprovadas pelo governo. Era proibido qualquer material que atentasse contra <moral e bons costumes=. Apesar dessas

restrições, os jornais desempenharam um papel importante na legitimação da ditadura e na disseminação do crescimento nacional durante o chamado <milagre econômico=, principalmente por meio de propagandas oficiais.

Durante o governo do general Emílio Médici, as campanhas de propaganda política ficaram mais intensas. Logo após sua posse, os coronéis Otávio Costa e Toledo Camargo foram nomeados para cuidar da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), que tinha a missão de planejar as estratégias de comunicação. Esse órgão era responsável por divulgar a imagem do governo e passar uma mensagem otimista sobre o país. Essa tarefa não era fácil, especialmente pelo contexto em que o general assumiu o poder, além de sua postura séria e pouco amigável.

A propaganda do governo tinha um tom bastante nacionalista usando slogans como "Ninguém segura este país" para valorizar o crescimento econômico do Brasil e tirar a atenção das ações de repressão política. A Aerp teve um papel importante nessa construção, usando televisão, rádio e jornais para passar a ideia de um Brasil forte, próspero e unido.

Nesse contexto de censura e perseguição, a imprensa negra ressurgiu como um mecanismo de resistência e denúncias da população afrodescendente, como modo de reivindicação dos seus direitos civis em meio a um cenário ditatorial. Ela foi fundamental para dar visibilidade às pautas da comunidade e desmistificar a narrativa oficial, que retratava a abolição como um processo harmonioso e sem consequências negativas para os negros recém libertos, assim como celebrava o mito da <democracia racial=.

Para a comunidade negra militante, voltar a investir na publicação de jornais passou a ser um instrumento essencial no combate às desigualdades e ao racismo:

A adoção de jornais na luta antirracista demonstra uma crença na imprensa como articulação importante na defesa de direitos fundamentais para a população negra. Em linhas gerais, os <jornais negros= se apresentam como espaço para denúncias, trocas de informações, disseminação de ideias, reivindicações e conclamações. (ABREU, 2022, p.3).

É crucial salientar que a imprensa negra foi articulada desde o século XIX e deste então se tornou um espaço de mobilização política e social, no qual, militantes negros manifestam suas reivindicações e preocupações em relação a marginalização do negro. Denunciava a falta de políticas reparatórias que visassem a reintegração de afrodescendentes na sociedade. Após a abolição, esses jornais passaram a refletir sobre as consequências da liberdade sem garantias sociais e econômicas, denunciando a exclusão da população negra.

Um aspecto importante a destacar é a curta duração desses jornais, que muitas vezes

tinham tiragens e distribuições irregulares. Isso acontecia por causa da falta de recursos financeiros, já que muitos exemplares eram distribuídos gratuitamente. O objetivo principal não era obter lucro, mas sim conscientizar e mobilizar a comunidade negra. Os títulos e subtítulos dessas publicações também mostravam as expectativas e aspirações dos seus autores, refletindo o envolvimento político e social da imprensa negra. Além disso, os editores frequentemente homenageavam pessoas que lutaram pelo fim da escravidão.

Após o golpe de 1964, o ressurgimento de jornais negros estava inserido em um contexto amplo de crescimento da imprensa alternativa como forma de contestação à ditadura em vigor. A imprensa alternativa executou um papel essencial na resistência contra a ditadura, proporcionando espaço para a denúncia, crítica e defesa dos direitos humanos. Nesse cenário de censura e perseguição severa, especialmente a partir do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 1968, que ocasionou o fechamento do Congresso Nacional, a suspensão de mandatos políticos e direitos básicos, assim como a intensificação às esquerdas e suas organizações, os jornais alternativos foram vozes da resistência, muitas vezes produzidos de forma independente e com recursos limitados, produzidos por militantes.

Por imprensa alternativa compreende-se os jornais na maioria das vezes de pequena circulação, produzidos sem estrutura financeira ou mesmo profissional, com envolvimento de militantes que entendiam exatamente o papel da imprensa na defesa da democracia: informar, denunciar, promover o debate, formar a opinião, mobilizar as pessoas, contrapor versões dos acontecimentos. (WOITOWICZ; ALMEIDA, 2024. p. 93).

A imprensa alternativa, ao atuar como canal de resistência e voz dos movimentos sociais, passou a ser alvo frequente de perseguições e repressões por parte do governo. É importante lembrar que esses jornais não apenas desafiaram a censura, mas também promoveram debates sobre temas como direitos trabalhistas, feminismo, reforma agrária e educação. No Paraná, por exemplo, publicações como *Maria* (1984), *Boca no Trombone* (1980) e *Nosso Tempo* (1980) tiveram um papel fundamental ao dar destaque aos movimentos sociais, denunciar abusos da ditadura e incentivar a população a se mobilizar contra o autoritarismo.

Durante o processo de redemocratização, houve uma reorganização dos setores de oposição, com grandes mobilizações sociais e políticas. Os movimentos de oposição, como o estudantil, o operário e o negro, passaram por uma reorganização importante. Segundo Rafael Brandão (2024), em 1977, o movimento estudantil realizou protestos em várias regiões do país, para contestar o discurso autoritário da ditadura. Em 1978, as tensões entre

os trabalhadores e os patrões aumentam. No ano seguinte, aconteceram as greves dos metalúrgicos do ABC paulista. Foi um evento crucial para a luta dos trabalhadores e que mostrou a força do movimento sindical, marcado por uma postura combativa contra o Estado e as estruturas tradicionais do sindicalismo.

Segundo Viniucha Moraes (2014), o jornal *Amanhã* foi criado em São Paulo durante a ditadura por estudantes ativistas do Grêmio Estudantil da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. A ideia era se aproximar da classe operária, que tinha sido desarticulada pela repressão. O autor explica que o jornal surgiu com uma inspiração na guerrilha e se tornou um dos mais importantes dentro da linha da imprensa alternativa. Ele funcionava de forma clandestina e tinha como objetivo estabelecer uma conexão entre o movimento estudantil e o movimento operário. Além disso, foi nesse contexto que o MNU lançou em 1981 o jornal *Nêgo*, com a missão de denunciar a discriminação racial e a subjugação dos negros. Esse periódico teve um papel essencial na expansão da influência do movimento negro no Brasil e seus posicionamentos e engajamento no processo de redemocratização.

2.3 – O jornal Nêgo e sua estrutura

Durante a década de 1980, o país vivia um período de grande agitação social. Com o fim do AI- 5, a ditadura encontrava-se fragilizada, os mecanismos de repressão tinham sido reduzidos após a queda dos Atos Institucionais. A Lei da Anistia tinha sido promulgada e uma reforma partidária foi realizada colocando fim ao bipartidarismo. Nesse contexto, a crise econômica avançava, assim como as pressões populares pela redemocratização, vide a campanha das <Diretas Já!>. Nesse cenário, a imprensa negra voltou a ganhar força, defendendo o protagonismo da população negra na construção da sociedade democrática que se vislumbrava. Essa imprensa destacava a importância de discutir as questões raciais, dando destaque às figuras negras que tiveram um papel importante na luta contra a subalternização do povo afrodescendentes na história. Todavia, tendo em vista a condição precária da comunidade negra, esses periódicos tiveram publicações limitadas.

A imprensa negra foi responsável por denunciar o mito da <democracia racial>, reforçada pelos veículos de comunicação tradicionais, os jornais negros construíram sua própria narrativa, colocando o negro como personagem principal dos debates políticos, sociais e culturais. Além de denunciar o racismo e suas consequências, também ressaltava a

importância de figuras negras na luta pela abolição e pelo reconhecimento da identidade negra na sociedade brasileira.

Nesse momento de reestruturação dos movimentos sociais, o MNU, seção Bahia, criou o jornal *Nêgo* em 1981. O objetivo de estimular debates sobre a situação dos negros e reivindicar ações afirmativas que ajudassem sua integração na sociedade. O jornal foi um meio de comunicação fundamental para fortalecer a organização política, articular as demandas sociais e lutar contra a discriminação racial enfrentada pela comunidade negra.

Mas *Nêgo* não se restringia apenas às questões raciais; ele também tinha uma postura ativa na política. Mantinha conversas e alianças com grupos da esquerda, defendendo ideias como eleições livres e diretas, além da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. MNU acreditava que fortalecer a democracia era essencial para a população negra. Por isso, ao lutar pela participação dos negros na Assembleia Constituinte de 1988, o jornal reforçava a importância de incluir as minorias que historicamente foram excluídas na construção de políticas públicas e no futuro do país.

Nas suas edições, o jornal *Nêgo* abordava assuntos como a violência policial, a situação precária em que vivia a maior parte da população negra do país, o desemprego, a situação da mulher negra e o direito a terra e a educação, as manifestações culturais como os blocos de afoxés, além de divulgar eventos do MNU. O jornal constantemente também fazia críticas ao período pós-abolição e ao modo como os ex-escravizados e seus descendentes foram tratados pelo Estado republicano. Além disso, questionava a celebração do 13 de maio e defendia que essa data fosse trocada pela de 20 de novembro, configurando-se no Dia da Consciência Negra. Essa mudança ajudaria a valorizar a resistência negra e a figura de Zumbi dos Palmares como símbolo da luta contra a escravidão. O jornal também reforçava a importância de incluir na história do país o papel ativo dos negros na formação da sociedade, defendendo que esse conteúdo fosse estudado nas escolas do país.

No início, as edições do jornal *Nêgo* eram divulgadas apenas na Bahia. Desde a sua primeira edição até a décima primeira, foram impressos cerca de três mil exemplares. É importante destacar que, inicialmente, o jornal se via mais como um boletim informativo, com o objetivo de fortalecer o diálogo na comunidade negra e divulgar temas relacionados à luta histórica dos afrodescendentes. A partir de 1987, ele passou a ser considerado um jornal de circulação nacional, com aproximadamente cinco mil exemplares e incluindo publicações de outros estados e colaboradores.

Em 1989, o *Nêgo* mudou de nome e passou a se chamar *jornal do MNU*. De acordo com o movimento, essa decisão foi tomada para adaptar a resposta às dificuldades e mudanças

na situação da conjuntura brasileira na época. Além disso, eles também levaram em conta que o nome *Nêgo* tinha um significado pejorativo e ofensivo em alguns lugares. Essas mudanças fizeram parte de um esforço do próprio grupo para rearticulação e fortalecimento da imprensa negra.

O periódico tinha o formato de duplo ofício, com média de doze páginas, embora algumas edições tivessem apenas oito. Foram encontradas ao todo vinte duas edições, até o ano de 1993. Em todas as publicações, havia a assinatura de colaboradores, a título de exemplo a matéria sobre o líder abolicionista Luiz Gama, escrita pelo autor CUTI pertencente ao grupo *Quilomboje* de São Paulo. Também contavam com assinatura de apoio, onde tinha o endereço onde a contribuição deveria ser enviada.

O boletim informativo também era composto por charges que eram posicionadas estrategicamente ao lado ou embaixo das matérias. Continha, ainda, tirinhas abordando assuntos relevantes como a reforma agrária, fotos, caricaturas, fragmentos de poema sobre Palmares e o Treze de maio. Trazia depoimentos de líderes do movimento como o diretor Paulo Bonfim - Diretor do *Ilê Aiyê*. O jornal ainda indicava que era permitido a reprodução das matérias, desde que fossem creditadas as fontes.

CAPÍTULO III – JORNAL NÊGO: UM CANAL DE DENÚNCIAS DO RACISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS

Nesse capítulo, iremos discutir como o jornal *Nêgo* foi utilizado pelo Movimento Negro Unificado como uma ferramenta para denunciar a situação de marginalização dos negros no Brasil, especialmente nos contextos político e social. Para isso, vamos analisar uma edição de abril e outra de novembro de 1988, ano significativo para o país e que ficou marcado pela promulgação de uma nova Constituição Federal após 21 anos de ditadura e pelas celebrações e debates em torno do Centenário da Abolição. Desta forma, daremos destaque na análise do jornal às questões referentes às denúncias de violência policial, à ausência de políticas de reparação, os efeitos do racismo sobre a comunidade afro-brasileira e o reforço ao protagonismo negro.

Diante de uma conjuntura de reivindicações dos movimentos sociais, a edição de abril de 1988 do jornal *Nêgo* focou em problematizar as celebrações do Centenário da Abolição e a ausência de ações afirmativas que realmente ajudassem a acabar com a desigualdade social e econômica que impediam o acesso da população afrodescendente a melhores condições de vida. Essas publicações incentivavam reflexões sobre o verdadeiro significado do 13 de maio para os negros e como essa data era mais valorizada pela classe dominante do que o movimento negro em si.

A edição de novembro de 1988 destacou os dez anos de luta do MNU, que se dedicou a questionar a situação da sociedade, especialmente a exclusão dos negros e a privação de direitos, como o acesso à terra. Ela também destacou o papel importante dos negros nas lutas pelo fim do sistema escravocrata, especialmente na comemoração do Centenário da Abolição. Com o aumento das manifestações de diferentes setores da sociedade em defesa de seus direitos civis, o MNU usou seu jornal para dar visibilidade às pautas da população negra.

3.1- *Nêgo* em abril de 1988

Na décima quarta edição publicada em 14 de abril de 1988 o jornal *Nêgo* chegou às ruas com 12 páginas compostas por poemas, charges, desenhos, fotografias e artigos. Ao combinar todos esses elementos, o boletim informativo do MNU também desenvolveu o papel educativo, ao suscitar na população afrodescendente reflexões sobre o lugar do negro na sociedade e na formação de militantes empenhados na política antirracista.

O jornal levantou reflexões e debates acerca dos cem anos do fim do regime

escravocrata e como isso afetou a vida dos negros desde o momento em que conquistaram uma liberdade considerada precarizada. Na edição, foi destacada a insatisfação com a ausência de políticas reparatórias no pós-abolição e que realmente ajudassem a superar as injustiças enfrentadas pelos negros.

Conforme Maria Emília Vasconcelos Santos e Sebastião Rocha, (2019 p. 178), <a abolição não produziu a efetiva liberdade para os povos negros, observa-se a partir da trajetória de indivíduos e grupos que se fez necessário a organização de espaços de resistência para produzir o enfrentamento às desigualdades de cunho racial.=

Nesta edição do informativo, apresenta uma linguagem provocativa que qualifica a celebração do Centenário da Abolição, como a celebração de uma <liberdade ilusória=. O texto instiga reflexões sobre a urgência de reinterpretar esse acontecimento e a data do 13 de maio. Por meio de um discurso ativista, embasado em uma perspectiva ideológica de esquerda, critica-se o racismo, vinculando a opressão racial à perpetuação da exploração da população negra, sugerindo que o racismo atua como um instrumento de sustentação do sistema capitalista excludente. Conforme Silvio Almeida, (2019, p.33):

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo <normal= com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre <pelos costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição.

Portanto, o racismo está inserido em uma estrutura histórica que mantém a desigualdade social, enraizando-se em uma sociedade que nega sua existência e propaga uma ideia de <harmonia= entre as raças e impede ações que buscam práticas antirracistas e uma sociedade mais justa e igualitária.

A negação do racismo contribui para sua prática ao desconsiderar as demandas e questões da comunidade afrodescendente, pois, ao negar sua existência, elimina a necessidade de enfrentá-las. O jornal *Nêgo* apresentou uma narrativa que variava entre denúncias de violência policial e racismo, e convocava a população para mobilizações e divulgação de eventos promovidos pelo MNU. Nota-se o recurso marcante de uma linguagem coletiva voltada para a construção de um sujeito negro politicamente ativo, consciente do seu papel na luta por uma sociedade melhor.

Na edição de abril de 1988, *Nêgo* expôs em sua capa a imagem:

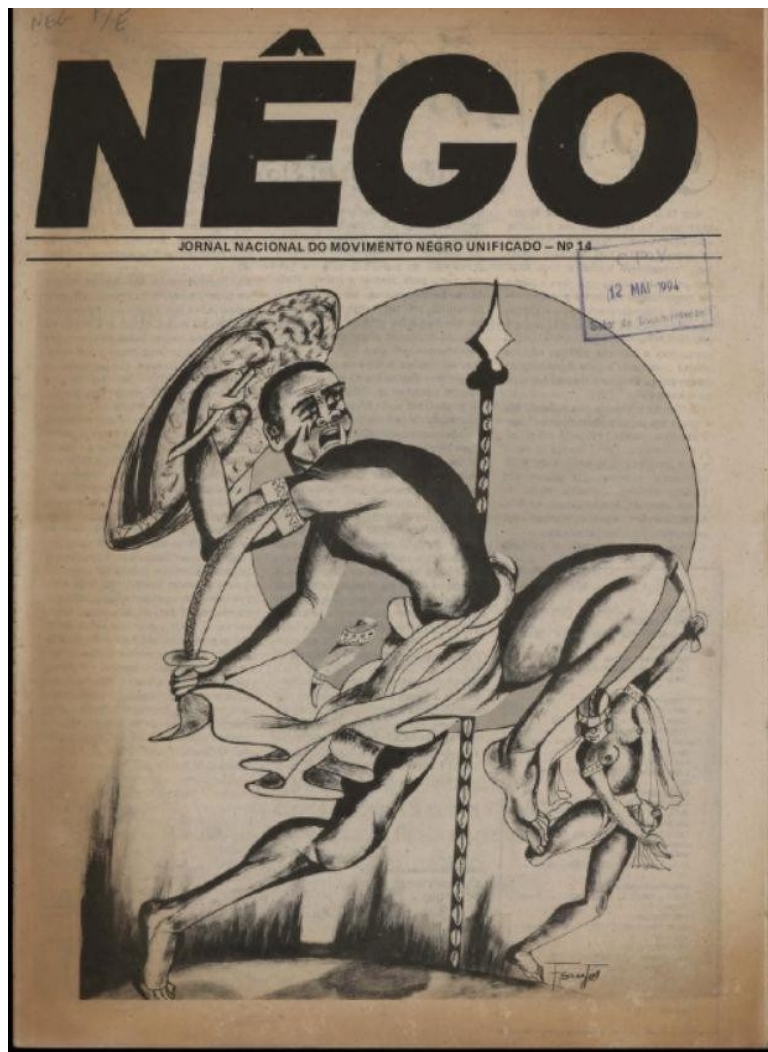


Imagem 01. Capa. Jornal Nêgo, MNU, 14 abr. 1988.p.1.

A imagem apresenta um guerreiro com uma túnica cobrindo os quadris e um acessório no braço. Sugere ser a representação de Ogum, orixá que usa lança ou facão e um escudo nas suas lutas. Divindade da coragem, da agricultura, da guerra e da tecnologia. Em segundo plano, a imagem registrou uma mulher com uma espada na mão e acessórios nos braços e na cabeça, os seios à mostra e uma veste que cobre seus quadris. Sugere ser a representação de Iansã, orixá representante da força feminina, guerreira rainha dos ventos e das tempestades. A arte foi assinada por F. Soutos, no entanto, não foram encontradas informações sobre o artista.

Na segunda página do jornal, há uma matéria sobre o Movimento Negro Unificado, intitulada <MNU - 10 ANOS DE LUTA!> (Nêgo, 14 abr. 1988.p.2). O texto enfatiza a resistência dos afrodescendentes na luta contra o racismo, especialmente após a repressão sofrida com o fechamento da Frente Negra Brasileira em 1937. A edição também examina o

surgimento do MNU como um ponto de virada no debate político sobre o racismo, rompendo com o silêncio imposto pela ditadura aos debates raciais. Ao longo do artigo, o autor menciona várias manifestações promovidas por afrodescendentes e outras minorias, incluindo indígenas, mulheres e pessoas LGBT, em prol de seus direitos civis. A referida matéria ainda ressalta que o MNU foi fundado como uma reação ao homicídio do jovem negro Robson Silveira da Luz.

Após o desmonte da Frente Negra Brasileira, é preciso destacar que negros continuaram protestando de maneira isolada e através de movimentos culturais, que desenvolveram um papel crucial na manutenção e preservação da identidade racial negra. <O Movimento Negro Unificado, surgiu como espaço de reivindicação de direitos para as pessoas que sofriam algum tipo de racismo na sociedade e com a proposta de reunir os movimentos negros existentes no Brasil.= (Santos e Rocha, 2019, p. 181). O MNU desempenhou um papel decisivo na reformulação do movimento negro, contribuindo para as discussões sobre racismo, discriminação racial e violência policial.

O artigo do jornal *Nêgo* celebrativo dos 10 anos do MNU ainda abordou de forma breve a luta da mulher negra por direitos básicos. Em uma sociedade marcada pelo machismo e racismo, ela enfrenta uma dupla marginalização, estando na base da desigualdade social. Muitas vezes, ela é vista como um objeto e vive em condições precárias, recebendo salários menores do que homens negros, brancos e mulheres brancas. Em relação à condição da mulher negra na sociedade, Suely Caneiro (2019, p.326) destaca que:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados.

É importante lembrar que, mesmo participando desses movimentos, essas mulheres ainda enfrentam preconceitos dentro do próprio grupo, já que o machismo está profundamente enraizado na nossa sociedade. <A relação de gênero também proporcionou fortes antagonismos dentro do Movimento Negro Unificado, destacando as reproduções de comportamento machistas e patriarcais dos seus militantes em algumas atividades envolvendo os dois sexos= (Figueirêdo, 2016, p. 56). Além disso, o feminismo neoliberal não contempla mulheres negras, ao não levar em conta as questões raciais, deixando de lado as necessidades específicas das mulheres negras.

Ainda na página 2 da edição do *Nêgo*, foi apresentada uma charge na qual um indivíduo segura um cartaz com a palavra "basta!" e dá um chute no então presidente José Sarney, proferindo a frase "Tudo pelo social":



Imagem 02. *Basta*. Jornal *Nêgo*, MNU, 14 abr. 1988.p.2.

A charge, que não conseguimos identificar o nome da assinatura apresentada, representa a conscientização da população negra, que buscava através de ações afirmativas melhores condições de vida e trabalho. Não aceitando mais, a ausência de medidas de reparação por parte do governo. Além disso, faz uma referência direta à crise econômica enfrentada no Brasil após o fim da ditadura e às políticas econômicas do governo Sarney que não conseguiam controlar a inflação e garantir a diminuição das desigualdades.

Imediatamente após a imagem, há um pedido de assinatura em apoio, acompanhado de um cheque nominal de duzentos cruzados a ser enviado para o endereço disponibilizado do MNU. O objetivo era garantir o suporte e apoio financeiro da comunidade ao jornal, em troca do direito a três edições do periódico. Essa assinatura era um meio de manter a circulação do jornal, visto que era uma imprensa negra autônoma que enfrentava dificuldades financeiras.

Na página 3 da edição em análise, aparece uma discussão sobre a proposta de comemoração do dia 20 de novembro como fundamental para a população afrodescendente, fazendo uma referência direta a Zumbi dos Palmares. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.3) A temática foi apresentada pelo poeta Oliveira Silveira por meio do Grupo Palmares. A matéria intitulada como "HISTÓRIA" aborda a origem do Grupo Palmares e seu objetivo de contestar o 13 de maio homenageando o abolicionista Luíz Gama, em agosto, na centenária

Sociedade Floresta Aurora, e José do Patrocínio no mês de outubro. O evento relacionado ao primeiro homenageado Zumbi ocorreu no Clube Náutico Marcílio Dias e foi amplamente divulgado nos jornais *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*, sendo este último jornal que descreveu a cerimônia como uma peça teatral. Tal descrição levou o grupo organizador a ter que prestar esclarecimentos ao governo, uma vez que o teatro estava sob a vigilância da censura.

Ao contestar o 13 de maio, o MNU e outros grupos negros destacavam que essa data representava uma falsa liberdade e rompem com a versão de reconhecimento à princesa Isabel. Eles ressaltavam a importância do líder Zumbi dos Palmares na luta contra a escravidão, mostrando também o papel central dos negros nesse processo de abolição. No dia 11 de maio de 1988, o Movimento Negro Unificado realizou uma manifestação para denunciar o que consideravam uma farsa na abolição da escravidão, chamando atenção para a real situação da comunidade negra na época.

Para o Movimento Negro contemporâneo o 13 de maio, não deveria ser comemorado. A justificativa do posicionamento partia do entendimento de que, no pós-abolição, os escravizados, libertos e seus descendentes foram jogados à própria sorte, ou seja, a abolição por si, não gerou os frutos para que os negros vivessem em condições de igualdade com os demais membros da sociedade. O 13 de maio serviria para denunciar as condições dos negros, o racismo e o mito da democracia racial. (SANTOS E ROCHA, 2019. p. 182).

Ao repudiar essa data o movimento evidenciava a recusa em aceitar a narrativa oficial que enaltecia o 13 de maio. Os militantes negros usaram essa data, para tecer críticas e reivindicar políticas públicas que possibilitassem ascensão dos afrodescendentes. Com o propósito de romper com a inércia do poder público que comprometia a resolução dos problemas enfrentados pela população negra.

Nessa investida agressiva contra o 13 de maio, o movimento não sepultava apenas uma data comemorativa alusiva à liberdade dos negros: introduzia-se na cena histórica um novo marco reivindicatório, que tinha em seu horizonte o igualitarismo. É nesse sentido que o movimento negro ergue a figura de Zumbi como símbolo da resistência negra. Não se trata apenas da troca simbólica de uma princesa branca por um guerreiro palmarino. Houve, em verdade, a assunção do tema da igualdade como bandeira política. (RIOS, 2014, p. 54).

A escolha de Zumbi pode ser vista como a representação da participação ativa do negro no processo de abolição, seja através de fugas e formação de quilombos ou de suicídios, que não devem ser considerados sinal de fraqueza e sim como uma forma de

resistir aos horrores da escravidão. A crítica ao 13 de maio é a recusa em aceitar uma liberdade incompleta, sem reparação, direitos a terra e educação. Luiz Gama e José do Patrocínio foram dois abolicionistas que lutaram cada um a sua forma pelo fim do sistema escravista. Gama foi um advogado que atuou em defesa de escravizados, chegando a libertar muitas deles. Patrocínio foi um jornalista, farmacêutico e escritor que usou a imprensa para divulgar suas pautas, além de liderar movimentos abolicionistas.

Sob o subtítulo "FONTES", o artigo da página 3 da edição em análise, prossegue detalhando a importância fundamental do livro *Quilombo dos Palmares* do autor Edison Carneiro na celebração do dia 20 de novembro, juntamente com Ernesto Ennes, autor da coleção *Grandes Personagens da Nossa História*, da editora Abril Cultural, e sua obra *As Guerras nos Palmares*, na qual documenta a morte de Zumbi dos Palmares. Em seguida, foi citado o historiador Décio Freitas para confirmar as informações já existentes.

A discussão segue com o subtítulo "CONSOLIDANDO A DATA", e destaca uma série de eventos organizados pelo Grupo Palmares para promover o 20 de novembro e contestar a relevância do 13 de maio. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.3,4) As atividades mencionadas incluem a publicação de um suplemento de sete páginas sobre Palmares no jornal *Zero Hora* em 19/11/1972 e uma exposição de três pintores negros, juntamente com uma palestra de Décio Freitas de 6 a 20 de novembro de 1973. Ainda para o ano de 1973, foi destacado a entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, concedida pelo Grupo Palmares projetando assim a proposta a nível nacional. A matéria também foi substanciada pela publicação francesa do *Le Monde*. Essa observação também evidencia o papel fundamental desempenhado pelos meios televisivos. Embora os jornais desempenhassem um papel essencial em divulgação de eventos, ao serem televisionados as pautas alcançavam maior visibilidade.

Dando continuidade na citação das datas que tiveram eventos importantes na contribuição da luta do povo negro, o jornal destacou que no 1974 teve a propagação do manifesto pelo *Jornal do Brasil* com a proposta de reformulação do livro didático no que se refere ao negro e uma breve menção a Zumbi. Posteriormente, em 1975, foi assinalando o encontro do Grupo Palmares com o grupo Afro-Sul. Em 1976, destacou-se o lançamento do livro *Mini História do Negro Brasileiro* que mais tarde foi republicado com o título de *História do Negro Brasileiro: Uma Síntese* (ABAD). Em 1977, aconteceu um ato na associação o Satélite Prontidão (clube de negros), com a presença do escritor Oswaldo de Camargo. E em 1978, o Movimento Negro Unificado propôs que a comemoração da data 20 de novembro fosse o dia nacional da Consciência Negra. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.4)

Dando continuidade com o subtítulo "O FIM DO GRUPO", o artigo abordou o

encerramento do Grupo Palmares devido a discordâncias desde o início de sua criação. Alguns membros migraram para o grupo "Tição", estabelecido em 1977 e que se dissolveu em 1981. Após várias negociações e transformações, um novo grupo surgiu, intitulado GT Palmares. A narrativa ressalta que o Grupo Palmares tem passado por processos de reestruturação desde 1987, contando com a colaboração de Helena Machado e Marisa Souza da Silva, e o respaldo intelectual de Anita Abad, antes de sua saída. Na mesma página do jornal, há uma representação de uma mão masculina com o punho cerrado, onde se destaca o nome Zumbi em letras maiúsculas e em negrito. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.4)

É importante destacar que, mesmo estando unidos por uma causa comum, as organizações não estão isentas de divergências, às vezes por causa de diferenças ideológicas. Mesmo com o grupo tendo se desfeito, alguns membros continuaram a trabalhar juntos. A imagem do punho cerrado de Zumbi reforçava a mensagem do movimento na luta contra o racismo e a discriminação racial. Ao usar essa imagem, o grupo traz à memória a resistência contra a escravidão, com o líder sendo visto como um herói da liberdade, simbolizando a luta contra a opressão. Essa imagem serve como um chamado à comunidade negra para se mobilizar em busca de uma sociedade mais justa.

Eventos em apoio à causa negra realizados na década de 1980 também eram divulgados pelo jornal *Nêgo*. As comemorações em torno do 20 de novembro destacam o propósito do movimento de estabelecer a data e permitir que o negro seja o protagonista de sua própria história. Esses acontecimentos ressaltam a meta da organização em fomentar ações que gerassem na comunidade negra uma percepção racial e social capaz de levá-los a questionar os discursos e datas dos colonizadores. Foi graças aos eventos e à persistência do MNU e de outros grupos que o 20 de novembro se tornou o *Dia da Consciência Negra*. Essa data passou a simbolizar uma resistência ativa pela liberdade conquistada ao longo do tempo. Ela serve também para denunciar a persistência do racismo e as desigualdades sociais ainda existentes nos dias atuais. Ao lembrar a figura de Zumbi, celebramos a ideia de uma sociedade alternativa, em que o negro pudesse viver com liberdade e ser dono de seu próprio destino.

O Dia da Consciência Negra - 20 de novembro - passa a ser considerado uma das maiores conquistas do Movimento Negro Unificado, desconstruindo a mítica da data do 13 de maio, até então imposta pela elite branca como símbolo de liberdade da comunidade negra. Zumbi surge como um personagem de luta contra a escravidão, contra a opressão vivida pelo povo negro no regime escravista, passando a representar um símbolo de inspiração na luta pela emancipação do povo negro na contemporaneidade. (FIGUEIRÊDO, 2016, p. 92).

Oliveira Silveira foi um poeta, escritor, docente e pesquisador comprometido com a luta negra. Seu poema intitulado 13 de maio, enfatiza a importância do quilombo de Palmares, retratando a negação e resistência dos escravizados em aceitar a submissão. Palmares é apresentada como um símbolo de liberdade, onde os negros deixaram de ser mercadorias de seus senhores e passaram a ser donos de si mesmos. O poema destaca como uns seguiam o rastro dos outros, criando um sentimento de coletividade e solidariedade entre eles. O poema enfatiza a importância da luta pela liberdade conquistada, não concedida, ressoando o objetivo do Movimento Negro Unificado.

Com o título de manchete <ACONTECEU=, na página cinco, o jornal *Nêgo* apresentou uma série denúncias de ataques à comunidade negra, inicialmente relatando um massacre que aconteceu em Serra Pelada, no Pará, contra trabalhadores que protestavam em oposição a iniciativa de mecanização da lavra pela Companhia Vale do Rio Doce. O governador Hélio Gueiros e a polícia tentaram contornar o caso afirmando que teve apenas duas mortes, no entanto calcula-se que 200 a 300 trabalhadores foram vitimados. O artigo cita uma fala do sociólogo Florestan Fernandes sobre o massacre para reafirmar a violência sofrida pela população negra. (*Nêgo*, 14 abr. 1988. p.5) A violência policial sofrida pela população negra, era um dos principais pontos de denúncia do MNU. A sistemática violência utilizada pelo Estado, era uma forma de opressão e manutenção de estereótipo do negro como bandido.

O periódico inseriu na mesma página 5, em negrito, um pequeno texto sobre a passeata realizada por mulheres negras pertencentes às respectivas associações, Grupo de Mulheres do Alto das Pombas e o Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado, com o tema "Situação da Mulher Negra na Sociedade=", em comemoração ao dia da mulher. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.5) É importante ressaltar que as mulheres negras tiveram um papel fundamental no movimento, além de trazerem visibilidade para a condição da mulher negra na sociedade. Em um contexto caracterizado pela violência de gênero e pela invisibilidade da mulher negra, que enfrenta múltiplas violências, como a hipersexualização e o racismo estrutural, além da marginalização e resistência cultural. Ao enfrentar a desigualdade de gênero, o feminismo posiciona a mulher como um sujeito ativo politicamente. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que não existe uma única forma de ser "mulher". Mulheres negras, indígenas e brancas têm demandas distintas. Ao abordar a mulher indígena, não podemos ignorar a importância da terra, espiritualidade e ancestralidade.

Dando continuidade à publicação traz a punição recebida por policiais militares

acusados da morte de um operário negro Júlio Cesar de Melo Pinto. Também foi apresentada a denúncia do assassinado do jovem negro Robson Silveira da Luz, pelo advogado Luís Alberto Abdalla por motivo torpe. No dia 07 de julho de 1978 o MNU fez seu primeiro ato público em protesto pela morte do jovem e do racismo, enfatizando na matéria em um pequeno trecho que racismo é crime inafiançável. Ainda na mesma matéria <ACONTECEU=, foi abordada a conquista das empregadas domésticas com a ampliação dos seus direitos trabalhistas, com contribuição importante da deputada negra Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto o jornal destaca que em sua minoria as empregadas negras ficaram de fora dos direitos alcançados. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.5)

A luta das mulheres negras está diretamente ligada ao racismo que as afeta. O racismo cria uma hierarquia entre as mulheres, onde mulheres brancas, ainda que oprimidas pela sociedade ocupam posições e cargos melhores devido ao seu privilégio racial. A superação do machismo, não significa o fim da desigualdade entre as mulheres, visto que o racismo promove a desvalorização de mulheres negras, fazendo com que direitos básicos e bens materiais sejam divididos de forma desigual entre as mulheres. Devido a esse fato, não podemos pensar na superação do machismo de forma isolada, e sim de maneira coletiva considerando sempre a diversidade:

[...] a unidade na luta das mulheres nas sociedades não depende apenas de nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige também a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em especial, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. [...]. (CARNEIRO, 2019, p. 327).

Embora o artigo do jornal destaque a conquista das empregadas domésticas, em relação dos direitos trabalhistas na nova Constituição, como o direito ao salário-mínimo e férias remuneradas, a lei não deixou explícito o limite de horas trabalhadas semanalmente, nem mesmo a licença para gestantes.

Ao serem desamparadas pela lei, ficam à mercê da sociedade, propensas a todo tipo de abuso, essa condição também evidencia que, mulheres negras permanecem historicamente em posições de desvalorizadas e mal remuneradas. De acordo com Sueli Carneiro (2019), devemos compreender que apesar do crescimento ao acesso à educação para mulheres negras tenha alcançado um patamar significativo, não foi o bastante para sua

ascensão socioeconômica. Muitas vezes restando se inserir no emprego de empregadas domésticas.

Ainda que essas mulheres rompam as barreiras a elas impostas, acabam sendo direcionadas a cargos de pouca visibilidade e baixa remuneração, escancarando o racismo estrutural no mercado de trabalho, que limita a sua ascensão a cargos de prestígios. É importante refletir também sobre a igualdade de gênero, levando em conta as desigualdades e o combate ao racismo. Isso porque a desvalorização da mulher negra no mercado de trabalho tem raízes na herança escravista, que havia como objeto. Além disso, essa situação ainda é agravada pela falta de políticas públicas que possam promover mudanças nesse cenário.

Seguindo na análise do periódico, a página seis e sete apresentou como destaque a manchete "FALA CRIOULO", narrando a experiência de um indivíduo não identificado sobre a importância da criação do Movimento Negro Unificado para a reivindicação dos direitos civis da comunidade negra em um momento em que a sociedade buscava a liberdade de expressão, enquanto o movimento almejava reparação histórica pelos séculos de escravidão. O relato continua abordando a resistência da comunidade negra, mesmo com o fim da Frente Negra Brasileira durante o Estado Novo, destacando que o grupo foi fundamental para trazer a questão racial ao debate nacional e denunciar o racismo existente na estrutura social desde os primórdios de sua formação. O jornal também menciona as falhas do grupo e suas divergências destacando as dificuldades enfrentadas tanto financeira quanto material, e a dificuldade em enfrentar de maneira ágil o sistema político. (*Nêgo*, 14 abr. 1988. p.6,7).

A matéria dá prosseguimento com o depoimento de Paulo Bonfim, diretor do *Ilê Aiyê*, fundado 1974, acerca da formação do grupo e seu impacto na cidade de Salvador, ressaltando seus pontos positivos e os aspectos que precisam melhorar. Salientando a importância que o MNU teve para quebrar a resistência das pessoas e aproximá-las da política.

Em seu relato, Bonfim aborda como no grupo anteriormente não havia representatividade de outros grupos marginalizados pela sociedade sendo eles, as mulheres negras e os homossexuais, o que foi eventualmente ficou para trás com a criação do grupo de mulheres, o que o próprio autor destaca que mesmo um grupo predominantemente masculino e marginalizado que luta por justiça social não deixa ser atravessado pelo machismo enraizado na sociedade, onde os próprios homens negros discriminavam as mulheres negras que já estavam a margem da sociedade. Dando continuidade ele expôs o

medo devido às pressões políticas e policiais, e as medidas cautelares que tomavam para não serem considerados subversivos. Abordando também a criação do bloco Ilê Aiyê. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.6,7)

Partindo para outra página da edição, a página 8, o jornal apresentou uma pequena história em quadrinhos intitulada "UMA LONGA HISTÓRIA", e que teve a assinatura de Orlando e a ilustração de Oswaldo, sem indicar sobrenomes. Na história foi abordada a abolição da escravidão, por meio de dois personagens chamados Abílio e Carço. No enredo, Abílio decide realizar um ato público depois de ouvir um discurso em comemoração à abolição, que supostamente ocorreu em uma praça com a presença de pessoas brancas, que afirmavam que a escravidão no Brasil foi menos cruel do que em outros países. A partir desse momento, os personagens iniciam um diálogo discordando do discurso colonizador, evidenciando as lutas e fugas, como a Revolta dos Malês, do Banzo, dos muçulmanos na Bahia o suicídio e a formação de sociedades secretas. Desmistificando o imaginário do negro passivo e ressaltando a importância da consciência social. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.8)

É importante salientar que, o fim do sistema escravista se deu devido a pressões externas e, principalmente, internas. O movimento abolicionista, a resistência dos escravizados e a formação de quilombos foram cruciais para pressionar a assinatura da Lei Áurea. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, apesar disso, ainda permanece na memória coletiva o papel da princesa Isabel como <redentora=. As comemorações do 13 de maio centradas na imagem da princesa colaboraram para consolidar essa imagem e o mito da <democracia racial=. Esse destaque, acaba por ofuscar o protagonismo negro na luta pelo fim do sistema escravista e omitir a violência do Estado para a manutenção da escravidão.

Portanto, o 13 de maio não é visto como uma data a ser comemorada, considerando que os libertos acabaram sem direito a terra, sem nenhuma política de reparação e deixados à mercê da própria sorte pelo Estado. Na perspectiva apresentada pelo jornal *Nêgo*, essa data era para denunciar, promover reflexões sobre a necessidade de ações reparatórias com objetivo de inserção do negro em todos os setores na sociedade e contra a invisibilidade histórica que causa a opressão dos negros e o que o coloca como um sujeito passivo.

Para o Movimento Negro contemporâneo o 13 de maio, não deveria ser comemorado. A justificativa do posicionamento partia do entendimento de que, no pós-abolição, os escravizados, libertos e seus descendentes foram jogados à própria sorte, ou seja, a abolição por si, não gerou os frutos para que os negros vivessem em condições de igualdade com os demais membros da sociedade. O 13 de maio serviria para denunciar as condições dos negros, o racismo e o mito da democracia racial. (SANTOS E ROCHA, 2019, p. 182).

Na página 9, Nêgo apresentou o artigo denominado <Introdução aos Estudos Africanos: Primeiros passos=, escrito por Ana Célia da Silva. O texto discutiu acerca da implementação dos Estudos Africanos nas escolas oficiais de Salvador-Bahia, e as dificuldades encontradas para lecionar a disciplina após um ano da sua implantação sendo um deles falta de papel para produzir os materiais da aula e a resistência de alguns professores em lecionar a matéria, onde outros profissionais não possuíam formação específica na área ou encontrava dificuldade para concluir o curso. A autora discorre sobre a importância de um currículo pluricultural, a fim de combater o branqueamento nos currículos escolares brasileiros. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.9)

O ensino tradicional brasileiro é um dos responsáveis pela manutenção de estereótipos negativos da comunidade negra, ao invisibilizar sua contribuição na história, e promover uma identidade nacional eurocêntrica que contribui para a perpetuação das desigualdades sociais. <Os estereótipos geram os preconceitos, que se constituem em um juízo prévio a uma ausência de real conhecimento do outro= (Silva, 2005, p. 24). Sendo assim, uma educação voltada para oprimir. A implementação de um currículo voltado para a cultura afro-brasileira é uma forma de regate da autoestima da população negra, seu protagonismo e valorização da cultura afro-brasileira direcionada para a ancestralidade.

De acordo com Kabengele Munganga, (2005, p. 15), os professores são frutos de uma educação que tem como base o mito da <democracia racial=, ideologia essa que compromete a formação de um cidadão crítico e uma educação inclusiva. Devido a isso, existe uma falta de preparo entre os docentes em lidar com a diversidade e discriminação que se manifesta cotidianamente, tratadas com silêncio e naturalização. A educação tradicional brasileira e baseada na visão eurocêntrica, que fomenta a reprodução de estereótipos, por vezes até de maneira inconsciente.

O livro didático embora seja um dos principais ou o único material de apoio de alunos e professores, é um dos maiores responsáveis pela propagação do estereotípico do negro e índio. Apresentando o negro como um ser inferior e passivo, essas representações desumanizantes afetam diretamente a autoestima do estudante negro, acarretando na rejeição de sua ancestralidade e cultura. Sendo também responsável pelo seu apagamento na história, e à contribuição da perpetuação de ideias racistas e na hierarquização entre brancos e negros.

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto-rejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. (SILVA, 2005, p. 24).

Partindo para a página 10, o jornal *Nêgo* apresentou uma matéria intitulada <DENÚNCIA: MOVIMENTO NEGRO PERDE SUA SEDE=. A denúncia chamava atenção para a desapropriação do CLUBE 13 DE MAIO na cidade goiana de Jataí, ação feita pelo então prefeito Dorival de Carvalho. A denúncia foi direcionada ao MNU de Goiás. Na mesma página, o jornal também fez uma denúncia de racismo sofrida por Apelonice Lima, que foi eleita Miss Passo Fundo, cidade do Rio Grande do Sul, mas foi impedida de receber o título por ser negra. Naquele momento, a Miss atuava como professora de educação física do Centro Social Urbano e foi demitida pelo então diretor da instituição sem motivo aparente, sugerindo o jornal que tal fato foi motivado por racismo. Diante disso o MNU foi aos jornais e rádios denunciar o ocorrido e fez um abaixo assinado pedindo o afastamento do diretor do cargo. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.10).

A rejeição de uma mulher negra como símbolo de beleza, revela como nosso padrão está baseado no eurocentrismo. No qual, evidencia o racismo velado presente ainda nos dias atuais. É um reforço ao estigma do negro como inferior, onde seus traços e características são lidos como feios, sendo assim a mulher negra é excluída do que é considerado belo. Uma herança colonial, que considerava o negro como um ser sem alma e selvagens, acarretando no desrespeito a sua individualidade e cultura. A recusa do título de Miss a Apelonice Lima e sua demissão do trabalho como professora, sem motivo evidente, escancara as consequências do racismo, que considera o negro inapto para ocupar vagas de cargos superiores, destinado a ele condições marginalizadas de subempregos.

Ainda na página 10, outro artigo foi publicado, com o título <Carnaval da Abolição=. A autora América Lúcia fez uso do carnaval para denunciar a violência policial contra a população negra. Ainda é possível ver uma imagem de uma cabeça de mulher com enfeites na e um punho fechado, em cima desse desenho tem a imagem de um vestido com detalhes ao redor deles e frases sobre o carnaval e a truculência policial. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.10)

O MNU tem desempenhado um papel primordial na luta contra a violência policial, ao denunciar as arbitrariedades cometidas pela polícia em nome do Estado. Segundo a autora Leila Gonzalez (1982, p. 15 a 16), existe uma constante exclusão racial no Brasil que molda os espaços urbanos e rurais, herança de um passado escravocrata que molda a forma como determinados grupos podem ou não viver e existir com dignidade. A autora aponta que esses espaços como favelas, morros e cortiços forma sistematicamente reservados a população negra, como parte de um projeto político que visa a repressão e violência como

ferramenta de controle social e racial.

A ação policial é uma continuidade da manutenção dessa violência empregada para subjugar e amedrontar. Usando o medo como ferramenta de dominação. O sistema carcerário, hospitais psiquiátricos foram naturalizados como lugar do negro, no qual, eles são considerados culpados antes de qualquer julgamento, o negro é subjugado como bandido em consequência do racismo estrutural enraizado em uma sociedade que nega a existência de conflito entre as raças.

o racismo que se materializa como discriminação racial³ é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas bairros, guetos, bantustões, periferias etc. (ALMEIDA, 2019, p. 24).

A repressão policial continua sendo pautada na questão de raça, na seletividade e desigualdade. As estatísticas confirmam a letalidade policial, nas constantes mortes de crianças e adolescentes negros das periferias, em ações policiais que usam com o argumento de combate ao crime organizado. Temos <[...] uma sociedade na qual o abuso policial predominantemente mira os pobres e não-brancos de formas explicitamente racistas[...]= (French, 2011, p. 11). Polícia com o apoio do estado, reproduz a concepção de negro como bandido, em suas abordagens violentas, prisões arbitrárias e excussões suspeitas. A cor da pele, roupas e corte de cabelo são usados como critério de julgamento para ser suspeito ou não.

O medo que a população das áreas periféricas sente da polícia é aproveitado como uma estratégia para controlar e domesticar as pessoas, especialmente os negros. Essa tática faz com que eles fiquem sempre em alerta, dificultando qualquer tipo de mobilização em grupo. A violência contínua contra a comunidade negra é vista como algo normalizado e quase nunca leva a punições, o que faz com que a imprensa tradicional não se sensibilize com esses casos. Dessa forma, a vida de uma pessoa negra acaba sendo tratada como algo sem valor, facilmente descartável.

Dando continuidade às denúncias, na página 11 o jornal *Nêgo* apresentou um artigo destacando as atrocidades sofridas pelo negro durante o período escravocrata, e que mesmo próximo do Centenário da Abolição a situação desse povo não melhorou, permanecendo ainda marginalizados e oprimidos pelo preconceito racial e falta de oportunidades para

ascender socialmente. Desta forma, não se tinha motivos para celebrar a abolição da qual os colonizadores saíram <vencedores=. A publicação tem uma imagem de um homem negro de bermuda e camisa branca com a frase <basta de racismo=, e ao seu lado uma conta com os anos da escravidão somado aos cem anos da abolição somando juntos anos de opressão.



Imagem 03. *Basta de Racismo*. *Jornal Nêgo*. 14 abr. 1988. p.11

O texto, assinado MNU de Goiás, dialoga com a imagem destacando que a soma dos 342 anos de escravidão mais os 100 de abolição, geraram 472 anos de opressão onde a condição desumana dada ao negro para justificar o sistema escravista ainda continuava de algumas formas. O artigo fez uma crítica a necessidade da desmitificação do escravo benevolente, esse posicionamento tem como objetivo romper com a ideal romântico do escravizado, que possui uma relação harmoniosa com o seu senhor. O texto reforçou que não se deve ser tolerante com um sistema que usou a força e violência para explorar outros seres humanos.

Nesse sentido, o sistema capitalista também contribui para a perpetuação das disparidades sociais que afetavam e afetam a população negra. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.11) Em uma sociedade que valoriza a meritocracia, na qual cada pessoa é responsável por sua própria ascensão social e ignora as barreiras criadas pelo racismo estrutural, isso fortalece a estagnação da população negra. O racismo não é uma consequência do capitalismo, mas é reestruturado e tornado funcional por esse sistema, sendo integrado como um meio de dominação para reforçar a lógica de exploração. A dominação racial concretiza essa dominação.

[...] são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que remontam a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. A relação entre Estado e sociedade não se resume à troca e produção de mercadorias; as relações[...]. (ALMEIDA, 2020, p. 5).

Dando continuidade ao texto do MNU, foi afirmado que a intervenção do Estado vai além da esfera econômica. Ele trabalha para normalizar as disparidades sociais por meio da violência e da ideologia. O Estado não é neutro; ele age de acordo com interesses que preservam as estruturas já existentes. O encarceramento de pessoas negra, a violência policial direcionada a certos grupos e a manutenção do sistema de opressão, são exemplos que confirmam isso. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.11)

Ao apresentar uma imagem que soma os anos do sistema escravista com os cem anos desde a abolição, fica claro que a situação dos negros ainda é de marginalização. O MNU rejeita a narrativa oficial, que diz que a abolição aconteceu com a assinatura da Lei Áurea, e denuncia que continuam existindo estruturas de exclusão que impedem os negros de terem melhores condições de vida. Essas estruturas ainda determinam o lugar social da população afrodescendente. A verdadeira libertação só acontecerá quando houver uma redistribuição de poder, o fim do racismo e a eliminação da discriminação racial. Foi seguindo essa linha que o jornal encerrou sua edição com a página 12, exibindo um poema do poeta Gaúcho Oliveira Silveira, intitulado <Treze de maio=. Em um dos seus versos, dizia: <Treze de maio traição, liberdade sem azas, fome sem pão=. O poema faz parte do livro *Banzo, Saudade Negra*, publicado pelo poeta em 1970. (*Nêgo*, 14 abr. 1988.p.12)

3.2- Nêgo em novembro de 1988

A décima quinta edição de novembro de 1998 foi composta por oito páginas, as quais continham desenhos, fotografias, caricatura e artigos que abordavam temas importantes, como a reforma agrária, homenagem ao abolicionista Luiz Gama, identidade da criança negra, o Apartheid na África do Sul e, principalmente, a celebração dos 10 anos do MNU. Com a junção desses elementos, o jornal fortaleceu as demandas da comunidade negra e deu visibilidade a sua luta:



Imagem 04. *Capa*. *Jornal Nêgo*. 15 nov. 1988. p.1

A capa da edição já indicava a celebração de uma década do MNU e, ao mesmo tempo, pedia <Basta= à violência contra os negros. Na imagem, uma pessoa negra é retratada no centro de um alvo e com armas de diferentes épocas sendo apontadas para ela, passando a ideia de uma violência histórica contra a comunidade negra. O desenho da capa é de Nethio Benguela. É uma representação da violência policial sofrida pelos negros, patrocinada pelo Estado, que os torna refém de uma posição subumana e marginalizada à mercê da sociedade.

O MNU desenvolveu um fundamental na luta por justiça social e reparação histórica. Denunciando o racismo e à exclusão sofrida pelos negros. Contribuindo também, para a construção da identidade negra, ao exigir uma existência digna e o direito pleno de ser cidadão. Evidenciando que, a abolição foi legal, mais sem políticas reparatórias o que contribuiu para sentimento de não pertencimento de falta oportunidades que ecoa até os dias atuais.

Em 1988, dez anos após a fundação do Movimento Negro Unificado, MNU, aconteceu a celebração do Centenário da Abolição, o governo federal buscou capitalizar e promover um grande evento festivo na Serra da Barriga, no estado de Alagoas. Mais uma vez, o embate não deixou de acontecer. De um lado, o grupo do movimento negro que discordava desse tom festivo e celebrativo, e partia para a denúncia, levando a bandeira política, arrancando do governo políticas públicas. (FIGUEIRÊDO, 2016, p. 84).

O MNU não se limitou somente na luta contra o racismo, mas voltou seu olhar para a educação, por entender seu papel central na superação das desigualdades sociais. A

organização passou a denunciar os conteúdos negativos e estereotipados da figura do negro presente nos livros didáticos, exigindo uma revisão na narrativa histórica que retratava o negro de forma pejorativa e o apagamento da sua contribuição na construção do Brasil.

Ao entender o estigma negativo que a palavra <negro= carregava, o MNU com o objetivo de romper e promover a autoestima do afrodescendente, adota a palavra negro ressignificando seu nome como um símbolo de luta e resistência. Ao romper essa barreira o movimento se recusa a aceitar termos mais <suaves= e socialmente aceitos para se designar aos negros, pois considerava que esses eufemismos prejudicavam a consciência racial e a luta contra o racismo estrutural.

O movimento buscou a valorização da identidade étnico-racial que remetia a África e refutava os padrões eurocêntricos. Ele destacou a importância da cultura, da estética e dos símbolos espirituais dos povos africanos. Além disso, os rituais afro- brasileiros passaram a ser vistos não só como manifestações culturais, mas também como formas de resistência e luta política. Dessa forma, deixou de ser necessário se adaptar aos padrões eurocêntricos, que muito contribuiu para apagamento da cultura negra.

Na página dois da edição em análise, *Nêgo* publicou o tópico intitulado <OPINIÃO=, onde expôs as condições de vida do negro após ser <sequestrado= da África para se tornar escravizado no Brasil, onde passou a sobreviver pelo trabalho com a terra, terras essas que lhe foram negadas pelas políticas agrárias após a abolição da escravidão. Diante disso, os quilombos foram o refúgio onde as terras pertenciam a todos e não somente aos grupos dominantes. O quilombo representou a resposta dos escravizados à política agrária que lhes negou o acesso à terra que haviam cultivado por séculos. Nos quilombos, a terra era de propriedade coletiva e os recursos nela obtidos eram compartilhados entre todos, evidenciando que a terra era um bem comum, e não um patrimônio da elite escravocrata.

O jornal *Nêgo* observou que, após 100 anos da abolição e da promulgação de uma nova Constituição, o direito à terra ainda era restrito ao trabalhador rural. Os latifundiários e políticos aprovaram uma Constituição que privilegiava a exploração do trabalhador do campo. Diante dessa realidade, o jornal enfatiza a importância do voto, destacando a necessidade de desenvolver uma consciência em relação a votar apenas em candidatos que estejam comprometidos com a luta por direitos, para evitar a frustração de suas aspirações.

Após a <OPINIÃO=, o jornal inseriu uma charge problematizando a temática da reforma agrária que tinha se tornado um debate central nos movimentos sociais em meio a redemocratização e a Assembleia Nacional Constituinte.



Imagem 05. *Reforma Agrária*. Jornal *Nêgo*, 15 nov. 1988.p.2.

A charge, assinada por Sérgio Sá, retratou um homem branco, bem-vestido e afirmando apoiar a reforma agrária desde que a mesma não mexa em suas terras. Olhando para ele com uma interrogação na cabeça, tem um homem negro segurando uma enxada na mão direita e com um braço amputado. Suas roupas rasgadas, escancaravam o cenário de pobreza em que vivia. A cena é retratada diante do Congresso Nacional, sugerindo que o tal homem branco, proprietário de terras, também fosse um congressista. Logo após a charge, o jornal pediu a assinatura de apoio no qual solicitava a contribuição de 500 cruzeiros para que fosse enviada três edições do *Nêgo* para o contribuinte.

De acordo com o autor Adelmir Fiabani (2008), o movimento negro restringia a sua atuação ao combate ao racismo e as desigualdades sociais, a reforma agrária só passa a ter destaque dentro da organização após a articulação do Movimento Negro do Maranhão levantar essa pauta através da criação do projeto *Vida de Negro*, em 1988. Isso devido a situação crítica relacionada as terras que o Maranhão enfrentava. No qual, evidenciava a situação fundiária enfrentada pelos negros, propensos a expulsão, ausência de regularização da terra e insegurança territorial. O autor ainda destaca que o Maranhão foi um dos primeiros lugares a lutar pela questão da terra. Com a criação da nova Constituição, foi acrescentado o Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que reconheceu às

comunidades quilombolas o direito de propriedade sobre as terras que ocupavam. Essa mudança fez as comunidades negras refletirem mais sobre sua situação em relação à terra. A reforma agrária passou a ser vista como uma forma de reparação histórica das injustiças sociais promovidas pelo Estado. Sendo ela um meio para a emancipação da população negra, que após a abolição viu o direito as terras se concentrarem nas mãos dos que detinham o poder, perpetuando assim a desigualdade.

A charge publicada no jornal critica uma abolição que não compensou os negros pelos anos de exploração e os impediu de acessar a terra, que ficou concentrada nas mãos dos grandes latifundiários. Que, por meio de dispositivos legais e um sistema que os favorece, persistiu em perpetuar as desigualdades. A imagem ilustra o conflito de interesses entre os trabalhadores e proprietários de terras. O homem bem-vestido simboliza o poder econômico e político, enquanto o homem negro e malvestido parece resignado, persistindo na luta pelo reconhecimento das terras.

Na página três da edição, encontramos o artigo intitulado <LUIZ GAMA, o poeta abolicionista=. A matéria apresentou a biografia da personagem juntamente com a imagem de seu rosto. No final, anuncia o primeiro Encontro da Mulher Negra no Rio de Janeiro, que seria realizado de 2 a 4 de dezembro de 1988. (*Nêgo*, 15 nov. 1988, p.3) Já nas páginas quatro e cinco aparece a matéria <FALA CRIOULO INTERNACIONAL=, que menciona a questão do *Apartheid* imposto na África do Sul, e como se fazia necessário que se reconheça como uma hegemonia ilegítima. A matéria também faz uma crítica ao apoio e o silêncio de países colonizadores que compactuam com essa dominação, cobrando também posicionamento da ONU. O texto foi escrito por Oliver Tambo, um político antiapartheid que teve um o papel importante no Congresso Nacional Africano (CNA). (*Nêgo*, 15 nov. 1988, p.4,5)

A matéria destacou que o *Apartheid* era uma prática ilegítima e criminosa, e deveria ser tratada como tal, com as devidas consequências por essa ação. Ressaltava que a oposição a essa dominação injusta implicava oferecer apoio a iniciativas que buscavam proporcionar aos sul-africanos a oportunidade de escolher um governo democraticamente eleito. Enfatizava que o poder deveria ser compartilhado não apenas entre a minoria branca e a maioria negra, mas sim por toda a população da África do Sul. (*Nêgo*, 15 nov. 1988, p.4,5)

O texto mencionou que as potências ocidentais e as multinacionais que colaboravam com o regime do *Apartheid* se tornaram cúmplices de seus crimes. Além disso, exigiu que a ONU tomasse medidas, como a imposição de sanções, incluindo embargo de armas e petróleo, retirada dos investimentos estrangeiros, suspensão de novos aportes financeiros e término de todas as relações diplomáticas, econômicas e culturais. Embora essas ações não

derrubassem o regime, acreditava-se que elas o enfraqueceriam. (*Nêgo*, 15 nov. 1988, p.4,5)

Dando sequência, o artigo de Oliver Tambo apresentou aqueles que se opunham ao regime do *Apartheid* como forma de reconhecimento, em especial os que atuavam nos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental e Itália. Foram destacados os sacrifícios que esses indivíduos fizeram em nome de suas crenças e em conformidade com as orientações da Organização das Unidade Africana (OUA). Além disso, o apoio das nações socialistas que se mantiveram firmes contra o regime foi enfatizado, destacando sua lealdade, a qual foi essencial para garantir uma retaguarda robusta. Sem esse suporte, a luta teria se tornado desafiadora e prolongada. (*Nêgo*, 15 nov. 1988, p.4,5)

A matéria também menciona que a África do Sul estava vivenciando uma revolução nacional democrática que envolvia tanto tarefas de classe quanto tarefas nacionais, as quais se influenciam mutuamente em razão da opressão que enfrentam. Foi destacado que o CNA (Congresso Nacional Africano) e sua capacidade de reunir essas duas correntes dentro de sua estrutura, com a base no reconhecimento coletivo da carta de liberdade como um programa que englobava diversas posições ideológicas. O CNA expressava satisfação com a criação da Frente Democrática Unida da África do Sul (FNU), a qual foi apresentada como uma organização que demonstrava um amadurecimento político, voltada para mobilizar, organizar e unir as massas em uma plataforma política comum. (*Nêgo*, 15 nov. 1988, p. 4,5).

As lutas antirracistas do movimento negro não se deram de maneira isolada, e sim sobre fortes influências das Américas e Europa, que moldaram os movimentos. A luta contra o *Apartheid* na África do Sul suscitou uma onda de mobilizações de resistências e solidariedade do movimento negro, que teve sua causa amplamente divulgada e apoiada pelos ativistas brasileiros, que percebiam no regime a institucionalização do racismo.

O *Apartheid* foi um regime de segregação racial e institucional, marcado por leis segregacionistas, que privou o negro do acesso à educação, emprego e direitos políticos. Um sistema que tinha como base separação da população em grupos raciais, impondo restrições de interação entre eles. De acordo com Ana Pacheco (2023, p. 126- 127), a luta contra o *Apartheid* foi essencial para estabelecer uma cultura política antirracista no Brasil. Ela enfatiza que o MNU, em sua carta de princípios de 1978, demonstrou seu compromisso ao se solidarizar com a luta global contra o racismo e ao criar um comitê antiapartheid. Esse suporte incluiu debates, mobilizações, campanhas, petições e um pedido para que o país rompesse as relações diplomáticas com a África do Sul. O MNU igualmente apoiou o Congresso Nacional Africano (CNA), e a luta pela liberdade de Nelson Mandela. Ainda

segundo a autora, a onda de pressões promovidas por militantes negros e outras organizações da sociedade civil, despertou críticas a postura governo brasileiro, considerada neutra. Se contradizendo uma vez que o país adotava apresentava como uma democracia racial, e mantinha relações com outro que possuía um regime evidentemente racista. Oliver Tambo, foi um político antiapartheid que teve um o papel importante no CNA.

Seguindo nas páginas do *Nêgo*, especificamente nas 06 e 07, foi apresentada uma série fotográfica intitulada "Aconteceu especial", que destacou momentos marcantes para o MNU.



Imagem 06. *Aconteceu especial*. Jornal *Nêgo*, 15 nov. 1988.p.6,7.

Uma das imagens retratou o VIII Congresso do MNU, realizado na Bahia. Nela, é possível avistar um grande cartaz com o nome do grupo, cercado por indivíduos portando instrumentos musicais, entre os quais estavam Zé França, Cantora, Nequinho do Samba, o diretor do bloco Olodum, Jamaica e um percussionista na abertura. Já na segunda foto, foi exibido um *outdoor* localizado nas ruas de Salvador com a provocativa frase "13 de maio ". A princesa esqueceu de assinar nossa carteira de trabalho", promovida pelo Ilê Aiyê, Grupo Ginga e MNU. A sequência de fotografias prossegue com a Concentração de Entidades Negras Baianas ao final de uma passeata comemorativa dos 100 anos da abolição que teve a participação de 5 mil pessoas, destacando diversos manifestantes portando cartazes. Posteriormente, é apresentada uma foto do protesto ocorrido em 13 de maio contra o racismo, seguida da última imagem que retrata o desse mesmo evento, evidenciando participantes segurando placas com mensagens de repúdio. (*Nêgo*, 15 nov. 1988, p.6,7).

Como já mencionado anteriormente, a abolição foi uma liberdade conquistada por lei, mas sem que os escravizados e seus descendentes recebessem reparação ou indenização. Foi

uma liberdade legalizada, mas sem reparação e indenização aos escravizados e seus descendentes. Por isso, não há motivos para comemorar, já que essa liberdade, que ficou à margem, acabou aprofundando as desigualdades sociais e a exclusão dos negros. Foi uma liberdade sem cidadania de fato, deixando a comunidade negra à própria sorte, sem moradia adequada ou trabalho digno. Foram retirados da senzala mais sem que houvesse uma compensação em troca.

Para os afro-brasileiros, o 13 de maio não significou nada, pois as imagens produzidas a partir dessa data são produto de um passado no qual o negro foi marginalizado, pois a libertação não foi acompanhada de planejamento social. Mas, ao rejeitar o 13 de maio, o negro elegeu o 20 de novembro, data da morte de Zumbi, como símbolo de sua luta, realizando um deslocamento de sentido. (RIBEIRO, 2014, 26).

O MNU não reconhecia o 13 de maio como data oficial da abolição, pois não havia motivos para comemoração, apenas para reflexão e denúncia. Isso porque, segundo o movimento, tratava-se uma data imposta por um <Estado burguês=, que se negou a reconhecer as verdadeiras condições dos negros após o fim da escravidão. Uma liberdade que não gerou transformação social; a lógica da escravidão persistiu, e as periferias e favelas atuais são reflexos das antigas senzalas.

As manifestações que apresentam cartazes fazendo alusão a assinatura da carteira de trabalho e a princesa Isabel, são reivindicações por melhores condições de acesso ao trabalho formal e uma remuneração digna. São manifestações contra a falta de ações públicas efetivas que busquem resolver a realidade do negro nos pós abolição. Uma crítica a omissão do Estado que ao invés de elucidar o problema, é um dos responsáveis pela perpetuação da desigualdade.

Na última página da edição em análise, foi apresentada a publicação <A identidade da criança negra e a educação escolar=, assinada por Petronilha Beatriz G. E Silva, agente pastoral negra do Rio Grande do Sul. A matéria abordou a conduta da criança negra na sala de aula e por vezes seu mau comportamento, o seu rendimento negativo, e como por vezes tentam chamar a atenção do professor a fim de participar da aula. A autora salientou como a escola não era pensada para descendentes de escravizados e sua falta de representatividade nos materiais didáticos, questionando também o papel dos docentes nesse processo. (*Nêgo*, 15 nov. 1988, p.8)

O texto destacou a invisibilidade sofrida por crianças negras, que não eram sequer consideradas para assumirem papéis <importantes=, como ser assistente da professora ou

apagar o quadro, nas apresentações escolares sempre ocupavam papéis secundários sem destaque algum. A autora fazia uma alerta sobre essas crianças não serem consideradas brasileiras com ascendência africana, mas sim descendentes de escravizados e suas manifestações culturais tidas como folclore. Ela enfatizou a representação pejorativa dos negros nos livros didáticos, e professores que desconheciam a história e cultura negra, que se silenciavam diante das situações de discriminação racial na sala de aula. (*Nêgo*, 15 nov. 1988, p.8)

Como já destacado no tópico anterior, a representação estigmatizada e negativa dos negros, podem afetar diretamente em sua autoestima e aceitação. <A criança negra era ilustrada e descrita através de estereótipos inferiorizantes e excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirigia apenas ao público majoritário nele representado, constituído por crianças brancas e de classe média.= (Silva, 2005, p. 23). No que tange as crianças, as consequências são ainda maiores, por se tratar de indivíduos em formação. Representações essa que inferiorizam e reforçam o racismo, além de desumanizar e excluir essa criança do processo de aprendizagem

O livro didático foi concebido para a classe média, desconsiderando a pluralidade étnico-cultural do Brasil. Isso resultou em um ambiente de exclusão simbólica para os estudantes negros, que não se percebiam representados de maneira positiva e legítima. A desvalorização da cultura negra e indígena na construção do país contribuiu para reforçar a narrativa eurocêntrica excludente. É responsabilidade do docente, em colaboração com a coordenação pedagógica, encontrar maneiras de quebrar essa lógica e implementar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e fomentem a igualdade racial.

O reforço constante a estigmas negativos age como uma barreira política que impossibilita a criação de uma consciência racial coletiva e crítica. Enfraquecendo assim, a possibilidade de mobilizações e reivindicações em prol de equidade racial, visto que o sentimento de não pertencimento prejudica a autoconfiança. Os livros didáticos, muitas vezes reproduzem o racismo estrutural presente em nossa sociedade.

O curioso na edição de 15 de novembro de 1988, é que o jornal não mencionou a celebração da Proclamação da República. Tal fato pode ter sido proposital, afinal, a República foi proclamada pouco mais de um ano depois da assinatura da Lei Áurea e foi o próprio Estado Republicano que negou direitos a população negra recém-liberta e seus descendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após sua rearticulação na década de 1970, o movimento negro adotou estratégias como a utilização de jornais para combater o racismo e a discriminação racial. O MNU teve um papel fundamental na reestruturação e formação de uma identidade negra. Por meio de seu jornal *Nêgo*, o movimento trouxe à tona as necessidades e reivindicações dos afrodescendentes, reacendendo a luta por uma sociedade mais justa em pleno contexto de redemocratização e Centenário da Abolição da escravidão.

Durante o desenvolvimento do estudo, observamos a escassez de pesquisas revisões relacionadas ao jornal *Nêgo*. Em relação à imprensa negra alternativa, observamos que seu objetivo era dar visibilidade às demandas da comunidade negra e se contrapor à imprensa tradicional, apresentando posicionamentos de oposição, especialmente em relação à ditadura civil-militar.

Esse trabalho buscou a através da análise do jornal *Nêgo* do MNU, compreender como eram realizadas as denúncias de racismo, violência policial e outras questões relacionadas à comunidade afrodescendente, como o acesso à terra, o direito a educação e a outras demandas sociais. Diante do exposto, notou-se que o jornal desempenhou um papel crucial na desconstrução do mito da <democracia racial=. Esse mito foi amplamente promovido durante a ditadura civil-militar, que negava a existência de conflitos raciais e considerava qualquer contestação antirracista como <subversão= e ameaça à ordem estabelecida. Por meio de suas reportagens, *Nêgo* desafiou a noção de harmonia racial ao destacar o tratamento desigual recebido por pessoas negras diante da polícia, no mercado de trabalho, na educação, no acesso a empregos dignos, no acesso à terra, a moradia, dentre outras questões.

Por meio do jornal *Nêgo*, o MNU exigiu a inserção de negros no mercado de trabalho formal e a obrigatoriedade de ensinar a história do negro na formação do Brasil, enfatizando seu protagonismo. Destacou em suas publicações, a importância da contestação do 13 de maio como grande marco e a reivindicação de ações afirmativas de inclusão do negro. Assim, manifestou a importância de pensar a data de 20 de novembro como referência para comunidade negra e exigindo que ela fosse declarada o dia da Consciência Negra, pois Zumbi dos Palmares representava a resistência e luta do negro pelo fim do sistema escravista.

Com base nos resultados obtidos, pode-se concluir que foi possível compreender a contribuição das publicações do jornal *Nêgo* na luta do movimento negro por melhores condições de vida. Através de seus artigos e charges, fotografias e outros materiais textuais e gráficos, o jornal buscou suscitar reflexões à comunidade afrodescendente, acerca da identidade negra e seu papel na sociedade e em busca de seus direitos civis. Buscando, assim, criar uma consciência racial que despertasse o interesse pela luta. A pesquisa aqui realizada, ainda abre um leque de possibilidades para caminhos futuros, como aprofundar a compreensão da importância da imprensa negra para a luta antirracista, assim como as ações e lutas do MNU após o fim da ditadura no Brasil.

FONTES:

Jornal *Nêgo*. Matérias referentes aos meses de abril e novembro de 1988. Acervo do MNU.
Disponível em: <https://m nubahia.com.br/categoria/acervo/jornal/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Gabrielle Oliveira. Imprensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970. *Boletim Historiar*, vol. 09, n. 03, p.03-16, jul./set. 2022

ALMEIDA, Maria Helena Denck; WOITOWICZ, Karina Janz. A Imprensa Alternativa No Enfrentamento à ditadura no Paraná: Os Jornais Alternativos Maria, Boca No Trombone e Nosso Tempo e as lutas políticas dos anos 1980. *Revista Altejour*. Ano 14 3 Volume 01 - Edição 29 3 janeiro - junho de 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Capitalismo e Crise: O que o racismo tem a ver com isso?* Boitempo, 20 jun. 2020.

ARAÚJO, Valmir Teixeira de. O Papel da imprensa negra Brasileira. *Revista Altejour* Ano 10 Volume 02 Edição 20, julho-dezembro, São Paulo, 2019.

BAZAGA, Rochelle Gutierrez. As <Diretas Já=: Uma Análise Sobre O Impacto Da Campanha No Processo De Transição Política Brasileira. *XXVII Simpósio Nacional de História Conhecimento Histórico e Diálogo Social*, 22 A 26 de jul. Natal, 2013.

BISPO, Denise Maria de Souza. Centenário da Abolição. *IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE*. Cinquentenário do golpe de 64, Aracaju, 21 a 24 out. 2014.

BRANDÃO, Rafael. <Saindo do gueto=: ditadura, homossexualidades, repressão e resistência nas páginas do jornal Lâmpião da Esquina (1978-1981). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 44, nº 97, 2024.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano*, Volume 2: O Tempo do Nacional-Estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias, Associação Nacional de História 3 ANPUH XXIV *Simpósio nacional de História*. 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento. Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*. 2007. p. 100 a 122.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário*. Volume 4. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019

FIABANI, Adelmir. *Os Novos Quilombos luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]*. Tese (Doutorado em História) 3 Programa de Pós-graduação em História, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2023.

FIGUEIRÊDO, Andersen Kubnhavn. *Ativismo Negro Em Salvador No Período Da Ditadura Militar (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo, Bahia, 2016.

FRENCH, Jan Hoffman. Repensando a Violência Policial no Brasil: Desmascarando o Segredo Público da Raça. *Tomo*. n. 31 jul./dez. | 2017

GOMES, Nilma Lino, Rodrigues, Tatiane Cosentino. Resistência Democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988. *Educ. Soc., Campinas*. 39, nº. 145, p.928-945, out.-dez. Campinas, 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. <Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito=. *Novos Estudos Cebrap*, XX (61):(2001), 147-162. São Paulo

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3ª edição. São Paulo. Editora 34, 2009.

HASENBALG, Carlos; GONZALES, Lélia. *Lugar de negro*. Editora Marco Zero Ltda. Rio de Janeiro, 1982.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. Movimentos negros no Brasil, (1964-1983). *Perseu Abramo*, nº 2, p. 29 a 57. 2008.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. ALCAR 2015 3 *10º Encontro Nacional de História da Mídia*. UFRGS, Porto Alegre 3 RGS, 2015.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fontes e objeto de pesquisa histórica. *Escritas*. V07, nº01. 2015.

LUCA, Tânia Regina de. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Karina dos Santos. *Protesto Negro: O ressurgimento da imprensa negra nos anos finais da ditadura civil-militar pelos jornais do Movimento Negro Unificado (MNU)*. Monografia (Graduação). Licenciatura em História, Universidade Federal De Santa Maria (UFSM). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, 2023.

MORAES, Vaniucha. Mobilização Jornalística Nos Anos 70: A Imprensa Alternativa Como Movimento Social. *Em Tese*, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez., 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados e Presentes: o golpe 1964 e ditadura militar*. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2021.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. (Coleção Cultura Negra e Identidades). 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na escola*. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PACHECO, Ana Júlia. *Dimensões do Atlântico Negro*. O apartheid sul africano nas reinvenções da luta antirracista no Brasil (1974-1995). Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

RIBEIRO, Mônica dos Santos. *Resistência e negritude em Campina Grande: O Movimento Negro No Centenário Da Abolição*. 2014. Orientador Josemir Camilo de Melo. Monografia (Graduação) Licenciatura em História, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Campina Grande, 2014.

RIOS, Flávio. O Protesto Negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010). *Lua Nova*, 85: 41-

79, São Paulo, 2012.

SALOMÃO, Renê Santos. Que Imprensa É Essa? Os Jornais Negros De Salvador Na Década de 1980. Monografia (Graduação). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2013.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos, ROCHA, Sebastião Alves. O movimento negro unificado de Pernambuco e o jornal Negritude (1986-1988). *História Unicap*, v. 6, n. 11, jan./jun. de 2019.